

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE SUPERVISÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

Suzano S.A. Unidade São Paulo

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – do 6º ao 8º andar, CEP: 01452-919, São Paulo, Brasil.

www.suzano.com.br

SYS-FM/CERFLOR-0012

DATA DA CERTIFICAÇÃO	09/dez./2019
DATA DE VALIDADE	08/dez./2024
DATA DA AUDITORIA	26 a 30/set./2022
DATA DA ÚLTIMA FINALIZAÇÃO DO RELATÓRIO	09/jan./2023

Contato da SysFlor

Vanilda Rosângela de Souza | Diretora

vanilda.souza@sysflor.com.br

+55 (41) 3344 - 5061



PREFÁCIO



A SysFlor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 0006, para conduzir processos de avaliação do manejo florestal, para a certificação no Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor).

Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que demonstrarem conformidade com os padrões de manejo florestal sustentável ABNT NBR 14789 (florestas plantadas) ou ABNT NBR 15789 (florestas nativas) podem ser certificados e, com isso, realizar declarações em seus produtos certificados e fazer uso do Selo de Conformidade do Cerflor para fins comerciais. O certificado possui validade de 5 anos, com supervisão regular da Sysflor.

Após a obtenção da certificação, os EMFs certificados são avaliados anualmente por meio de auditorias de supervisão, que tem como objetivo assegurar a continuidade da conformidade com os requisitos e os padrões de certificação aplicáveis, assim como de:

- Monitorar a conformidade por meio da avaliação da implementação e eficácia do sistema de gestão, considerando as mudanças ocorridas tanto no empreendimento quanto no próprio sistema de gestão;
- Identificar áreas de possíveis melhorias no sistema de gestão implementado;
- Manter a confiança de que o sistema de gestão certificado do cliente continua a atender os requisitos aplicáveis durante os ciclos de certificação.

De acordo com as diretrizes do programa Cerflor e os procedimentos da SysFlor, auditorias de supervisão não têm como objetivo a avaliação integral do escopo de certificação do empreendimento, tal como realizado nas auditorias de certificação (Fase 2) e recertificação. Na prática, as auditorias de supervisão anuais compreendem três componentes principais:

- Uma avaliação do tratamento dado pelo empreendimento a qualquer condição ou Não Conformidade pendente;
- Averiguação de acompanhamento de qualquer questão não resolvida que tenha surgido antes da auditoria de supervisão; e
- Se necessário, uma avaliação focada em tópicos ou assuntos selecionados, associados aos dois primeiros componentes.

Os critérios de auditoria utilizados como referência para determinação da conformidade têm como base:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação aplicáveis do programa Cerflor;
- As evidências de implantação e implementação do sistema de gestão desenvolvido pelo empreendimento, obtidas por meio de um processo de amostragem da informação disponível.

Organização deste relatório

Este relatório corresponde ao resultado da auditoria de supervisão realizada pela equipe de auditores da SysFlor e está estruturado em duas seções. Na Seção A consiste no Resumo Público do Relatório e contém as informações que devem ser tornadas públicas, segundo os requisitos do Programa de Certificação Cerflor, com o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, dos planos de ação em relação à melhoria contínua do manejo florestal e do resultado final da avaliação. A Seção A está disponível para consulta no website da SysFlor (www.sysflor.com.br/downloads). A Seção B contém informações mais detalhadas sobre o sistema de gestão do manejo florestal do empreendimento, sendo tratada, portanto, como de caráter confidencial.

SUMÁRIO

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO	4
1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO.....	4
1.1. Ciclo de auditorias de supervisão anuais.....	4
1.2. Equipe da Auditoria	4
1.3. Tempo total dedicado à avaliação.....	5
1.4. Padrões utilizados.....	6
1.5. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF).....	6
2. ITINERÁRIO E ATIVIDADES DE AUDITORIA.....	7
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	14
3.1. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) existentes	14
3.2. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) emitidas nesta avaliação	14
4. COMENTÁRIO DE PARTES INTERESSADAS.....	51
4.1. Grupo de Partes Interessadas Consultadas.....	58
4.2. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe.....	58
5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO	60
6. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS	60
6.1. Informações gerais do empreendimento e contatos	60
6.2. Escopo do Certificado	61
6.3. Informação Social	78
6.4. Resumo anual do uso de pesticidas	84
7. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO	85
7.1. Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação	85
7.2. Decisão de Certificação da SysFlor	86

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO

1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

1.1. Ciclo de auditorias de supervisão anuais

<input type="checkbox"/>	1ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	2ª auditoria de supervisão	<input checked="" type="checkbox"/>	3ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	4ª auditoria de supervisão	<input type="checkbox"/>	Outra:
Nome da Empreendimento e abreviação usada nesse relatório:									
Suzano S.A. - Unidade de São Paulo; Suzano – UNF SP; Suzano – SP; EMF.									

1.2. Equipe da Auditoria

Nome:	Naiara Teodoro Zamin	Função:	Auditor Líder
Qualificações:	Engenheira florestal, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Engenharia Florestal pela UFPR na área de Manejo Florestal. Participou em projetos de pesquisas no Laboratório de Dendrometria da UFPR, voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no Campus III da UFPR (2009) e ao estudo mensal de crescimento e produção em diâmetro e altura de Araucária e Pínus (2009-2012). Realizou o Curso de Manejo de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 2010. É auditora líder de cadeia de custódia de produtos florestais do FSC desde 2011 e auditora líder de manejo florestal do FSC desde 2013 e Cerflor desde 2014. Possui qualificação como auditora líder em ISO 14001 (sistema de gestão ambiental) e ISO 9001 (sistema de gestão da qualidade). Tem experiência na área de pesquisa em Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal. Atua desde 2013 como Supervisora do Programa de Certificação de Manejo Florestal da Sysflor (FSC, CERFLOR e AFI), representante da SCS no Brasil.		
Nome:	Luiz Carlos Mudri	Função:	Auditor
Qualificações:	Engenheiro florestal pela UFSM de Santa Maria – RS e Engenheiro de Segurança do Trabalho da UTFPR - Ponta Grossa – PR. Atuou como Gestor de Operações Florestais em empresas multinacional e nacional, área de Abastecimento de madeira (Colheita, baldeio, estradas, transporte florestal e alimentação de pátio de madeira). Foi coordenador de abastecimento de 1995 a 2007 e gerente de Operações Florestais de 2007 a 2013 em empresas do setor florestal. Atuou como auditor interno nas áreas de qualidade (ISO 9001), segurança (OHSAS 18001); FSC (manejo de florestas e cadeia de custódia) e meio ambiente (ISO 14001). Atualmente, é consultor florestal e de segurança do trabalho de empresas florestais além de auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC.		
Nome:	Gustavo Alexandre de Melo Santos	Função:	Auditor
Qualificações:	Engenheiro Florestal, formado pela Universidade Federal do Pampa (2018). Desenvolve trabalhos com comunidades rurais, produtores rurais e empresas do setor florestal. É auditor em qualificação de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia para o sistema de Certificação Florestal FSC. Tem experiência com Certificação Florestal, Colheita Floresta e Liderança de Equipe. Atua no desenvolvimento e acompanhamento de cronogramas de		

	projetos, identificando pontos de fragilidade e avaliação de impactos, estudos de viabilidades e planejamento logístico. Além disso, participa do monitoramento dos processos e recursos florestais, com foco na execução, buscando melhoria contínua e qualidade.		
Nome:	Rosemeri Segecin Moro	Função:	Auditor
Qualificações:	Doutora em Biologia Vegetal pela UNESP-Rio Claro e Pós-doutora em Conservação da Natureza pela Escola de Floresta da UFPR. É docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (doutorado e mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e co-orienta no curso de doutorado em Engenharia Florestal (UFPR). Foi professora visitante do Programa de Pos-graduação em Ecología da Universidad de Antioquia, na Colômbia, e participou de diversas visitas técnicas nos Estados Unidos, Portugal e Suécia. Desenvolve projetos na área ambiental, financiados pela Fundação Araucária, Fundação O Boticário e CNPq, e mantém convênios para pesquisa em Conservação com a Universidad Autonoma de Madrid (UAM) e de Ciudad Juárez (UACJ, Mexico), ICMBio, COPEL, SEMA/IAP, entre outros. Integrou equipes para elaboração de Planos de Manejos de Unidades de Conservação e de Planos Diretores municipais no Paraná, bem como participou do Conselho Gestor de diversas unidades de conservação. Auditor líder em ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e Auditora Líder de Qualidade ISO 9001:2015. Desde 2007 tem atuado como auditora de manejo florestal para fins de certificação em diversas empresas florestais brasileiras.		
Nome:	Nara Luiza Valente	Função:	Auditor
Qualificações:	Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Especialista em Direito Processual pela Damásio Educacional (2017). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Advogada inscrita na OAB/PR 88.512. Atua como advogada em escritório de advocacia desde 2017. É professora de direito penal e direito processual penal na FATEB - Faculdade de Telêmaco Borba e na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Também atua como Coordenadora do NUMAPE (Núcleo Maria da Penha), cujo objetivo principal é o atendimento multidisciplinar à mulher em situação de violência doméstica ou familiar. Atua como auditora de Manejo florestal desde 2022, tendo atuado também como especialista técnica.		

1.3. Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicados à avaliação:	05
B. Número de auditores participantes na avaliação:	05
C. Número de dias gastos com qualquer especialista técnico (em adição ao valor do item A):	00
D. Dias adicionais, dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	02
E. Número total de Auditor Dia(s) utilizado na avaliação (A x B + D + C):	27

1.4. Padrões utilizados

1.4.1. Padrões do Programa Cerflor aplicáveis

Padrões aplicáveis <i>(marque todos os que se aplicam)</i>	
<input checked="" type="checkbox"/>	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. 3ª Edição. 12 de dezembro de 2012.
<input type="checkbox"/>	ABNT NBR 15789:2013 – Manejo florestal – Princípio, critérios e indicadores para florestas nativas. 2ª Edição. 27 de dezembro de 2013.
<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 547, 25 de outubro de 2012.
<input type="checkbox"/>	Portaria do Inmetro nº 54, 28 de janeiro de 2014.
<input type="checkbox"/>	Anexo A da NIT-DICOR-54 - Requisitos para Certificação de UMF-múltipla (ou multi-site), Rev. 07, Julho de 2016

1.4.2. Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.		
Título do padrão*	Versão	Data da Publicação
FSC-STD-BRA-01-2014, V1-1 (Florestas Plantadas)	1-1	2014

*Os resultados da avaliação desse padrão estão contidos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.

1.5. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A SysFlor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre), sob número OCF 0006, para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789 e ABNT NBR 15789, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
Histórico da Sysflor	<p>A SysFlor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar, no território brasileiro, um organismo de certificação estrangeiro no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia de produtos florestais. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da Sysflor, tais como verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014, a SysFlor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), sob número OCF 0006, para atuar como Organismo de Certificação Florestal, na certificação de manejo de plantações florestais com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015, foi acreditada pela Cgcre, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de florestas nativas segundo o programa Cerflor, com base na norma ABNT NBR 15789.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora

Dados para Contato	<p>Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, 80060-000, Curitiba, Paraná, Brasil</p> <p>Telefone: +55 (41) 3344-5061</p> <p>E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br</p> <p>Website: www.sysflor.com.br</p>
---------------------------	--

2. ITINERÁRIO E ATIVIDADES DE AUDITORIA

Data: 26/09/2022	
UMF/Local/Fazenda visitada	Atividades/notas
Escritório do EMF – Itapetininga/SP.	<p>Reunião de abertura: Apresentação; resumo de venda/aquisição de terras do cliente, atividades de manejo anual e questões com partes interessadas; revisão do escopo de avaliação; revisão do plano de auditoria; introdução/atualização sobre os padrões FSC e da SCS; confidencialidade e sumário público; métodos de avaliação de conformidade; procedimentos de segurança e emergência para a equipe de avaliação, seleção final de sites.</p> <p>Verificação das ações adotadas para as não conformidades e observações abertas;</p> <p>Entrevista com o setor social;</p>
Inspeção de campo: Fazenda Montes Claros, São José dos Campos, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas condições da AAVC 1; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeções de campo: Fazenda Porto de Meira, Lorena, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações (Motocoveamento); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço (Ciapinna); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência e transporte; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeções de campo: Fazenda Aliança, Piquete, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações (Plantio); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço (Emflora); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência e transporte; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Santana, Itararé – SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita mecanizada (madeira e pé) – cliente Klabin – modulo 02; • Vistoria na operação de roçada de broto de eucalipto; • Inspeção na AAVC Ibiti; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Santa Izabel, Itapeva – SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operação de plantio (EPS Silvicultura); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Santa Izabel, Nova Campina – SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operação de coveamento manual (EPS Silvicultura); • Vistoria na operação de preparo de solo com Savannah (EPS) • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Data: 27/09/2022	
UMF/Local/Fazenda visitada	Atividades/notas
Inspeção de campo: Fazenda São José IV, Santa Branca, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de corte misto (equipe própria) para retirada de eucaliptos em APPs; • Inspeção nas atividades de corte mecanizado com harvester e forwarder e arraste com trator de guincho; • Inspeção nas atividades de corte manual com motosserra; • Inspeção nas atividades de manutenção de máquinas e equipamentos; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção no módulo de colheita e áreas de vivência; • Verificação das condições de transporte e alimentação de trabalhadores; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda São Joaquim, Santa Branca, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de silvicultura (EPS) – roçada para retirada de exóticas (eucaliptos) em APPs; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação das condições de transporte e alimentação de trabalhadores; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL);

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Bela Vista III, Santa Branca, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de plantio manual por EPS; • Checagem do balizamento para adequação de APPs após a retirada de exóticas; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação das condições de transporte e alimentação de trabalhadores; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Barra Limpa, Paraibuna, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas condições de manutenção da AAVC 6 – Capela; • Entrevista com morador da comunidade de Barra Limpa; • Inspeção em áreas em recuperação após retirada de exóticas; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Monte Verde – Itapetininga/SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de carregamento e transporte de madeira; • Entrevistas com trabalhadores em campo: operadores de máquina e motoristas de caminhão; • Verificação das condições das máquinas operadas pelos trabalhadores; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Peão, Itapetininga, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de colheita (EPS); • Entrevistas com trabalhadores em campo; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho: operadores de máquina e motoristas de caminhão; • Verificação das condições das máquinas operadas pelos trabalhadores; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
<p>Comunidade local – Itapetininga/SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com a comunidade – consulta pública; • Verificação da implementação do Projeto Colmeia na comunidade. • Entrevista com o líder da comunidade do Rechã, ex-presidente da Associação de Moradores. <p>Verificação da conservação da malha viária: percurso dos caminhões de carregamento de madeira;</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Karacy, Sapucaí Mirim, MG.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações (Baldeio); • Entrevista com trabalhadores;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência, caminhão oficina; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Comunidade local, Sapucaí Mirim, MG.	Entrevistas com moradores – consulta pública.
Inspeção de campo: Fazenda São Luiz, Monteiro Lobato, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações (Baldeio, Malha viária); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço (Macplan); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência, caminhão oficina; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Pica Pua Amarelo, Monteiro Lobato, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria área de estocagem de toras; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Santana, Itararé- SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita mecanizada (madeira e pé) – cliente MTL; • Entrevista com prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Projeto Resina, Bom Sucesso do Itararé- SP.	• Reunião com coordenadores do Projeto Resina e apresentação do modelo aplicado a assentados – consulta pública.
Inspeção de campo: Fazenda Cemiterinho, Capão Bonito- SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita mecanizada (própria SP 02) – • Entrevista com gestores e operadores; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Vistoria do Ônibus de Transporte de colaboradores • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Silo, Capão Bonito- SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita mecanizada Vistoria em operações Colheita mecanizada (madeira e pé) – cliente SDB; • Entrevista com gestores e operadores; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Riacho, Buri- SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de carregamento e transporte de madeira - EPS Transporte; • Entrevista com gestores e operadores da Prestadora de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Piracema, Lençóis Paulista, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de adubação (EPS), preparo de solo (próprio), plantio (EPS) e carregamento (EPS); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Caragatá, Lençóis Paulista, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção em área avaliada para inclusão no escopo do certificado; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Rio Claro, Lençóis Paulista, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de colheita mecanizada (EPS); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Inspeção de campo: Fazenda Santa Luzia - Recreio, Lençóis Paulista, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de colheita mecanizada (própria – módulo 3); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Data: 28/09/2022	
UMF/Local/Fazenda visitada	Atividades/notas
Inspeção de campo: Fazenda São Pedro I, Paraibuna, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de silvicultura por EPS (motocoveamento) em área nova no escopo; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação das condições de transporte e alimentação de trabalhadores;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda das Antas, Paraibuna, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações de colheita e baldeio (própria) e carregamento (EPS); • Inspeção nas atividades de corte mecanizado com harvester e forwarder; • Atividade de carregamento com grua e transporte; • Entrevista com trabalhadores e/ou prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção no módulo de colheita; • Verificação das condições de transporte e alimentação de trabalhadores; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Guapiara - AAVC do EMF – Itapetininga/SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Visita a AAVC 5 – Fonte de água e abastecimento local; <p>Verificação das condições da estrada e do acesso ao local.</p>
Comunidade local – Itapetininga/SP.	Entrevistas com a comunidade local – consulta pública;
Inspeção de campo: Fazenda Santana – AAVC, Capão Bonito/SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Visita a AAVC 6 – Capela/Cemitério da comunidade local <p>Verificação das condições da estrada e do acesso ao local</p>
Projeto Social - ACAMAR – Capão Bonito/SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com a comunidade local – verificação do Projeto ACAMAR – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Capão Bonito Reciclável <p>Entrevista com funcionários do projeto Acamar e com a presidência</p>
Inspeção de campo: Fazenda Flor Branca, Guaratinguetá, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações (Carregamento, transporte, malha viária); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço (Breda); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Inspeção de campo: Fazenda Flor Branca, Guaratinguetá, SP.	Entrevistas com moradores – consulta pública.
Inspeção de campo: Fazenda São Sebastião do Ribeirão Grande, Pindamonhangaba, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção AAVC 6 – integridade, proteção, conservação; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; <p>Verificação de mapas vs verdade terrestre.</p>
Escritório da empresa Jacareí, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento de NC; • Entrevistas via Teams com equipe de Inteligência patrimonial; • Verificação de procedimentos, treinamentos e registros; • Entrevista com responsável pela certificação; <p>Entrevista via Teams com responsável pelo monitoramento de incêndios.</p>

<p>Inspeção de campo: Fazenda Água Branca, Capão Bonito- SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operações Colheita mecanizada Vistoria em operações Colheita mecanizada -EPS Colheita; • Entrevista com gestores e operadores; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
<p>Inspeção de campo: Fazenda Açude Lobo, Capão Bonito- SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operação de plantio (EPS Silvicultura); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência; • Investigação de acidente com trator da Silvicultura; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre; • Entrevista com o setor de malha viária DT e Excelência Operacional.
<p>Inspeção de campo: Fazenda São Francisco II, Votorantim, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em operação de plantio (EPS Silvicultura); • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
<p>Inspeção de campo: Fazenda Sítio Kein, Sorocaba, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção em área avaliada para inclusão no escopo do certificado; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre,
<p>Comunidade local, Sorocaba, SP.</p>	<p>Entrevista com moradores – consulta pública.</p>
<p>Inspeção de campo: Fazenda Vitória, Pilar do Sul, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de colheita mecanizada (EPS); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência; • Inspeção na AAVC; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
<p>Inspeção de campo: Fazenda N. S. de Lurdes, Itapetininga, SP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas operações de colheita mecanizada (própria – módulo 9); • Verificação das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção na área de vivência;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos florestais; • Verificação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Verificação de mapas vs verdade terrestre.
Data: 29/09/2022	
UMF/Local/Fazenda visitada	Atividades/notas
Escritório do EMF, Jacareí, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentos; • Entrevistas com colaboradores: MAF, DTI, gestores do Parque das Neblinas. • Análise Plano de Manejo e Resumo Público; • Verificação de procedimentos, treinamentos e registros; • Entrevista com responsável pela certificação; • Entrevista, via Teams, com responsável pelo monitoramento de pragas e formigas.
Escritório do EMF, Itapetininga, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das ações adotadas para as não conformidades e observações abertas; • Entrevista com o setor de Saúde e Segurança do Trabalho; • Entrevista com o setor de Gestão Imobiliária e IP; • Entrevista com o setor de Cadastro e Geo; • Entrevista com o setor social; • Entrevista com o setor de Recursos Humanos; • Entrevista com o setor responsável pelo Suzano Responde; • Verificação de documentos e registros.
Data: 30/09/2022	
UMF/Local/Fazenda visitada	Atividades/notas
Escritório do EMF, Itapetininga e Jacareí, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentos e registros adicionais; • Entrevista com colaboradores.
Escritório do EMF, Itapetininga e Jacareí, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da Reunião de Encerramento: Auditor(es) consolida(m) notas, delibera(m) e confirma(m) as conclusões da auditoria.
Escritório do EMF, Itapetininga e Jacareí, SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

3.1. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) existentes

Constatação Número: 2021-01
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM

<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b)</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Em relação ao cumprimento de legislação, foi observado que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 27/10/2020 foi publicado, no DOU, o texto da nova NR 31, cuja vigência iniciou-se em 27/10/2021. Entre as alterações, encontra-se a obrigatoriedade de disponibilizar local para banho, no final da atividade diária, para os trabalhadores que realizam aplicação de pesticidas (item 31.7.6). Essa relevante alteração, tem sido objeto de discussão em fóruns do setor florestal, em busca de um entendimento técnico sobre a questão e de sua operacionalização. Paralelamente às discussões, o EMF elaborou e apresentou um cronograma para a implantação dessas exigências, até dezembro de 2021. Entretanto, a nova NR 31 entrou em vigência dia 27/10/2021 e as ações ainda não foram implementadas. - Em inspeção nas atividades de colheita e baldeio, nas Fazenda Porto do Meira (Guaratinguetá), Ariona (Itatinga-SP) e Echaporã (Capão Bonito-SP), foi verificado que os operadores de harvester/forwarder estão realizando suas refeições dentro da cabine das máquinas, em condições que contrariam a NR 31 (item 31.17.5). O EMF informou que se trata de uma medida preventiva à contaminação pela COVID-19. No entanto, foi verificado que a empresa não considerou outras alternativas para assegurar condições apropriadas, como por exemplo, utilizar escalas para evitar aglomeração, durante o uso do espaço, destinado às refeições dos trabalhadores. 	
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Cronograma para a implantação da nova NR 31 (item 31.7.6);</p> <p>Vistoria em operações de colheita e baldeio.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>	<p>O EMF por meio do Sistema Âmbito realizou o registro dos novos requisitos da NR 31, publicada em 2021, de forma a estabelecer a análise e implementação do atendimento da legislação de SSO.</p> <p>De forma a assegurar condições apropriadas para os locais onde os colaboradores realizam as refeições, o EMF por meio de fóruns formais, como comitês de segurança, reteirou-se a necessidade dos colaboradores das frentes operacionais a observarem o procedimento interno de área de vivência, reforçando os cuidados referentes às áreas de convivência e a necessidade de se utilizarem desses locais nos períodos de refeições.</p>
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<p>Constataram-se as seguintes causas para o presente desvio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falha no planejamento das ações de adequação da nova NR31. • Ausência de treinamentos de capacitação para implantação de itens da nova NR31 (âmbito, sistema operacional, e treinamentos de SSQV).

	<ul style="list-style-type: none"> Falha no estabelecimento do mecanismo de monitoramento para cumprimento e adequação dos requisitos da nova NR31 pelo EMF; Falha no cumprimento das regras procedimento interno da área de vivência. 				
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Reavaliar o planejamento estabelecido no cronograma e redirecionar as ações para adequações.</p> <p>Implementar os planos de ações de treinamentos relacionados a NR31.</p> <p>Identificar e revisar as práticas e procedimentos de SSQV que envolvem a nova NR31.</p> <p>Estabelecer o cumprimento do procedimento interno de área de vivência junto ao setor operacional.</p>				
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O Que Fazer (ação ou contramedida)</p>	<p>Quem (Responsável/ Cargo)</p>	<p>Quando (prazo/ conclusão)</p>	<p>Porque (Justificativa da ação)</p>	<p>Como (Detalhamento da ação)</p>
	<p>Reavaliar o planejamento estabelecido no cronograma e redirecionar as ações para adequações.</p>	<p>Supervisor de SSQV</p>	<p>15/05/2022</p>	<p>Para adequar as ações e os prazos requeridos para atendimento da legislação.</p>	<p>Verificar o planejamento das ações apresentadas pela consultoria para a implementação do cronograma quanto ao PGRTR/BANHO.</p>
	<p>Implementar os planos de ações de treinamentos relacionados a NR31.</p>	<p>Supervisor de SSQV</p>	<p>31/05/2022</p>	<p>Para capacitação e conscientização dos profissionais envolvidos com o tema.</p>	<p>Identificar o público-alvo, temas a serem abordados e montagem de material para treinamentos. Aplicados internamente (Suzano) e EPS.</p>
	<p>Identificar e revisar as práticas e procedimentos de SSQV que envolvem a nova NR31.</p>	<p>Supervisor de SSQV</p>	<p>31/05/2022</p>	<p>Para adequar os práticas e procedimentos de forma a reestabelecer os mecanismos de operação e monitoramento.</p>	<p>Correlacionar e revisar os documentos impactados pela nova NR31 (PGTR, PPRA, LTCAT, PCMSO, ferramentas de monitoramentos internos e Procedimentos operacionais) e os prazos para a sua execução.</p>
	<p>Estabelecer o cumprimento do procedimento de área de vivência junto ao setor operacional.</p>	<p>Coordenador Operacional</p>	<p>15/08/2022</p>	<p>Para garantir condições adequadas para a realização das refeições.</p>	<p>Por meio de diálogos, informativos e treinamentos sobre a importância de realizar as refeições em locais adequados.</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão:</p>				

<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF fez a identificação dos novos requisitos da NR 31 revisada, de forma a apontar os itens que necessitam de adequação.</p> <p>Reforçou a comunicação para as áreas operacionais para o atendimento aos procedimentos relacionados a área de vivência e locais para refeições.</p> <p>Reavaliou o planejamento estabelecido no cronograma de adequação aos novos itens da NR 31, redirecionando as ações apresentadas pela consultoria para a implementação do PGRTR, onde inclui questões relacionadas a aplicação de produtos químicos e implementação de Banho.</p> <div data-bbox="565 869 1300 1283" data-label="Image">  <p>The infographic is divided into two main sections: 'SAÚDE DO COLABORADOR' and 'APLICAÇÃO DA NORMA'. The 'SAÚDE DO COLABORADOR' section lists 9 items under the heading 'PILARES E ETAPAS': 1. Saúde do trabalhador (1.1 Objetivo da NR 31), 2. Tipo de cultura, 3. Método e Procedimentos Operacionais, 4. Higiene ocupacional – Fundação José Silveira, 5. Avaliação Dosimetria Passiva – Toxicidade do produto, 6. Resultados Obtidos – Toxicidade do produto, 7. Capacitação e aptidão dos trabalhadores, 8. EPIs – Equipamento de proteção Individual, 9. Conclusão. The 'APLICAÇÃO DA NORMA' section lists 4 items: 1. NR 31 – PGRTR Quanto a definição do procedimento de banho, 2. Medidas administrativas – Higienização / Banho dos colaboradores, 3. Estruturas de campo, 4. Conceitos de dicionário - Banho.</p> </div> <p>Pilares e etapas abordados na reavaliação do planejamento de implementação da NR 31. A empresa de consultoria contratada pelo EMF, Fundação José Silveira apresentou o parecer técnico sobre a possibilidade de risco aos trabalhadores em função da exposição direta e indireta aos agrotóxicos utilizados no processo produtivo florestal, na forma de aplicação manual, semi mecanizada e mecanizada, desta forma, levando em consideração todas as verificações realizadas durante a elaboração do trabalho, constata que a utilização de Agrotóxico ocorre de forma controlada, restrita e segura, inexistindo evidências de condições de trabalho, capazes de <u>determinar danos à saúde do trabalhador</u>, em relação a esses agentes no processo produtivo florestal do EMF, sendo estabelecido no PGRTR, o atendimento ao item 31.7.6.1 da NR 31.</p>

2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS – HIGIENIZAÇÃO/BANHO DOS COLABORADORES



INSTRUÇÕES PARA O BANHO
O BANHO DEVERÁ SER REALIZADO NO INTERVALO DA APLICAÇÃO (ALMOÇO) E NO FINAL DA JORNADA, APÓS A RETIRADA DOS EPI's, CONFORME INSTRUÇÕES ABAIXO

01 PASSO Molhe as mãos, braços, rosto, pescoço e aplique o sabonete.

02 PASSO Após ter espalhado e esfregado o sabonete nessas partes, faça o enxague.

03 PASSO Molhe as pernas a partir das coxas até os pés e aplique o sabonete.

04 PASSO Após ter espalhado e esfregado o sabonete nessas partes, faça o enxague.

05 PASSO Secar com papel toalha as partes enxaguadas.

06 PASSO Sentado em local definido, vestir a botina e perneira para realizar o almoço.

07 PASSO Se for final de jornada, em local definido, vestir a roupa e botina de uso pessoal para retornar para casa.

Foram realizados a capacitação e conscientização dos profissionais envolvidos com o tema NR31.



Além disso, o EMF revisou as práticas e procedimentos de Segurança, Saúde, Qualidade de Vida (SSQV) que envolvem a nova NR31, reestabelecendo os mecanismos de operação e monitoramento.

Complementando o reforço para cumprimento do procedimento de área de vivência junto ao setor operacional. Foram realizado Diálogos com as equipes operacionais, enfatizando para utilização das áreas de vivência para realização das refeições. Garantindo as condições adequadas para a realização das refeições.

Evidências:

01_NCR_FSC_2021_SSQV

<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>Foi verificado em entrevista com gestores do EMF, que foi efetuado uma avaliação dos novos requisitos da NR 31, identificando e implementando ações para o atendimento da norma regulamentadora. Entre as ações a empresa efetuou repasse de informações para o atendimento dos procedimentos de instalações das áreas de vivência e os locais de refeições pré-determinados. Durante a auditoria de campo nas frentes de colheita de madeira e silvicultura foi verificado que os colaboradores estão realizando suas refeições nas áreas de vivência.</p> <p>Foi verificado na avaliação dos programas de saúde PGRTR, PCMSO, LTCAT e na ordem de serviço o atendimento da normativa NR 31 e sem divergências, inclusive a inclusão dos procedimentos de banho do colaborador após aplicação de produtos químicos no PGRTR da empresa. No PGRTR foi inserido novas ações no plano de ação para o atendimento a norma regulamentadora, também foram ajustados as funções dos cargos dos colaboradores que manipulam os produtos químicos (Herbicida e formicida), contando com isto a contratação de uma consultoria que apresentou o parecer técnico sobre a possibilidade de risco aos trabalhadores em função da exposição direta e indireta aos agrotóxicos utilizados no processo produtivo florestal, na forma de aplicação manual, semi mecanizada e mecanizada, sendo estabelecido os riscos e o banho no PGRTR, para o atendimento ao item 31.7.6.1 da NR 31.</p> <p>Foi verificada na documentação apresentada pelo setor de treinamento, que foram realizados a capacitação e conscientização dos profissionais gestores, envolvidos com o tema NR31. Além disso, o EMF revisou as práticas e procedimentos de Segurança, Saúde, Qualidade de Vida (SSQV) que envolvem a nova NR31, reestabelecendo os mecanismos de operação e monitoramento das operações florestais na UMF. O EMF apresentou o registro de Diálogos com as equipes operacionais, para utilização das áreas de vivência para realização das refeições.</p> <p>No caso do procedimento do banho, o EMF apresentou um procedimento de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, verificado durante a auditoria, viabilizando tal prática por meio de água, sabão e toalhas de papel, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Também prevê o uso de mochilas pessoais para a guarda de pertences próprios dos trabalhadores. O EMF realiza o monitoramento por meio das vistorias a campo, conforme verificado através da planilha SOMMAR. No entanto, convém que o EMF empreenda esforços no sentido de validar o procedimento adotado pela empresa junto ao órgão competente, do procedimento implementado de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, viabilizando tal prática por meio de disponibilizar local para banho com: água, sabão, toalhas e armários individuais para a guarda da roupa de uso pessoal, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Neste sentido, foi aberta a OBS 2022-001 para acompanhamento.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimento para a implantação da nova NR 31 (item 31.7.6). - Anexo I_Planilha Monit_SSOMAR V2; - Anexo_II_Planilha_Monit_SSOMAR X ESG V2; - PG.12.00.0044-Floresta segura; - PG.12.00.0067-Áreas Vivência;
---	--

	- Apresentação SSMA NR31; -Registro fotográfico dos treinamentos e do procedimento de banho /NR 31.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2021-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi evidenciado que o EMF utiliza o PPRA, como documento oficial para a inclusão das informações previdenciárias, aplicáveis ao LTCAT, fundamentada na Instrução Normativa Nº 77 PRES/INSS, de 21/01/2015, no Art. 261. Apesar disso, a conclusão previdenciária consta descrita apenas de forma indireta no documento. Cabe destacar que, a partir de janeiro de 2022, entra em vigência a nova NR 01, que estabelece o PGR em substituição ao PPRA e que essa documentação vai passar por modificações, de modo que as questões previdenciárias não estarão mais contidas nesse documento.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): PPRA das regionais da Suzano na UNF SP.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	O EMF fez a verificação nos programas de saúde e segurança onde e como são inseridas as informações previdenciárias atuais conforme define IN 77 Pres/INSS, da 21/01/2015, art 261, V.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Alterações da NR31 referente ao programa de saúde ocupacional.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência)	Estabelecer os LTCATS (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) para as atividades operacionais, de forma a avaliar o ambiente de trabalho.

encaminhada)																					
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação ou contramedida)	Quem (Responsável/ Cargo)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)																
	Estabelecer os LTCATs para as atividades operacionais.	Supervisor de SSQV	10/08/2022	Para atendimento da legislação.	Por meio da elaboração das LTCATs para as atividades operacionais, avaliando o ambiente de trabalho.																
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:																				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																				
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF fez a verificação nos programas de saúde e segurança onde e como são inseridas as informações previdenciárias atuais conforme define IN 77 Pres/INSS, da 21/01/2015, art 261.</p> <p>Realizado a elaboração dos LTCATs para as atividades operacionais, desta forma, considera que Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, é um documento estabelecido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), e atende a legislação vigente. Exemplo abaixo:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; margin: 10px 0;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25%;">DOCUMENTO:</td> <td colspan="4">LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT)</td> <td rowspan="3" style="text-align: center; vertical-align: middle;">  </td> </tr> <tr> <td>UNIDADE:</td> <td colspan="4">SUZANO S.A.</td> </tr> <tr> <td>ANO: 2022</td> <td>NÚMERO DE CONTROLE:</td> <td>2022.02.01.00.047.003</td> <td>REV</td> <td>00</td> </tr> </table> <p>3. OBJETIVO</p> <p>LTCAT tem o objetivo cumprir as exigências da legislação previdenciária – Art. 58 da Lei nº 9.528 de 10 de dezembro de 1997, dar sustentabilidade técnica às condições ambientais existentes na empresa e subsidiar o enquadramento de tais atividades no referente ao recolhimento das denominadas alíquotas suplementares para concessão de aposentadoria especial criadas pelo texto da Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998 SUZANO S.A. – UNF - JACAREÍ - SP01.</p> <p>Identificar possíveis exposições dos empregados da empresa que possam ser enquadradas com atividades especiais através da elaboração de laudo técnico das condições ambientais de trabalho, as informações contidas neste documento, irá subsidiar ações de pagamentos de alíquotas de GIFP e preenchimento de PPP “Perfil Profissiográfico previdenciário”.</p> <p>Os resultados apresentados neste LTCAT foram obtidos no âmbito das condições ambientais de trabalho da empresa SUZANO S.A. – UNF - JACAREÍ - SP01, sob responsabilidade do empregador, com a participação dos empregados.</p> </div>					DOCUMENTO:	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT)					UNIDADE:	SUZANO S.A.				ANO: 2022	NÚMERO DE CONTROLE:	2022.02.01.00.047.003	REV	00
DOCUMENTO:	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT)																				
UNIDADE:	SUZANO S.A.																				
ANO: 2022	NÚMERO DE CONTROLE:	2022.02.01.00.047.003	REV	00																	

	Evidências: 02_OBS_FSC_2021_SSQV
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Foi verificado durante a análise documental dos programas de saúde e segurança do trabalho da Suzano SP e suas EPS, que a empresa e suas prestadoras de serviço realizaram a atualização do LTCAT e são inseridas as informações previdenciárias atuais conforme define IN 77 Pres/INSS, da 21/01/2015, art. 261, com isto assegurando que a informação esteja clara e completa para atendimento a esse requisito legal na nova documentação de segurança do EMF.</p> <p>A documentação analisada apresentou consistência e atendimento quanto a legislação pertinente. Cabe destacar que o EMF realizou modificações relacionadas ao PPRA, substituindo-o pelo PGRTR (Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural).</p> <p>Também foram entrevistados responsáveis pelo tema na UMF, onde verifica-se a implementação de SSO na UMF.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - LTCAT_ECOFUTURO_2022; - LTCAT_FUTURAGENE_2022; - LTCAT_SP01_e_CAPÃO_2022; - LTCAT_SP02_SP6_2022; - LTCAT_SP03_2022; - LTCAT_SP05_2022; - LTCAT_VIVEIRO_ALAMBARI_2022; -PGRTR SUZANO FLORESTAL_JACAREÍ; -PGRTR SUZANO FLORESTAL_PC ITAPETININGA SP; - PGRTR SP3; - PGRTR SP5; -PGRTR VIVEIRO.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2021-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	

Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3. e)
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Em 25 de junho de 2021, houve um acidente fatal na atividade de retirada de espécies exóticas de áreas de conservação, por cliente de compra de madeira em pé, novo na UMF. Ao avaliar todo processo de nova contratação, e todo preparo para o início das atividades, observou-se: a) a liberação da área ocorreu em 22/04/2021 (“Relatório téc. Euc. em APP Fazenda Santa”); b) a Integração de Segurança foi realizada no dia 25/04/2021; c) a elaboração de APR (Análise Preliminar de Riscos) da atividade foi realizada em 20/04/2021; d) a APR específica para a situação da área do acidente, foi realizada em 17/06/2021. As APRs apresentadas requeriam roçada pré-corte para locais com presença de cipós. De acordo com os registros de investigação do acidente, a causa principal contributiva do acidente foi um galho de outra árvore, que atingiu o operador devido a um cipó entrelaçado na árvore derrubada, demonstrando que as ações da APR não foram implementadas, e esta falha não foi detectada pelo EMF.</p> <p>O EMF informou que alguns dias antes da ocorrência do acidente, esteve no local para a realização de vistoria da atividade e a equipe de trabalhadores da empresa compradora de madeira não foi encontrada na área, mas não foram apresentados registros dessa visita, nem mesmo se questões da segurança operacional puderam ser verificadas no local. Portanto, o sistema de gestão do EMF não detectou a falha de implementação das ações da APR por, parte do cliente comprador de madeira, uma vez que a atividade de pré-corte não havia sido realizada.</p> <p>Na análise de causa do acidente, emitida pelo EMF, a conclusão indica como ação corretiva apenas a realização de distrato com a compradora de madeira, por negligência da mesma, sem considerar nessa análise, a falha na implementação da APR e não observância dessa falha pelo EMF.</p>	
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>“Relatório téc. Euc. em APP Fazenda Santa”; Integração de Segurança foi realizada no dia 25/04/2021; APR (Análise Preliminar de Riscos); Registros de investigação do acidente.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Estabeleceu-se um modelo de controle de clientes de madeira da Suzano. Por meio de uma lista padrão listaram-se os clientes que atuam nas fazendas da Suzano, na UNF/SP.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	<p>Constataram-se as seguintes causas para o presente desvio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de APR na documentação de início de atividades de clientes; • Falha no estabelecimento dos itens obrigatórios a serem apresentados nos monitoramentos de grandes clientes; • Falha na análise de risco das atividades entre regionais.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Como ações corretivas, serão empreendidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer o critério de elaboração de APR para clientes de madeira; • Monitoramento da implementação da APR em atividades de clientes de madeira por meio da ferramenta SSOMAR e CIPATR; • Estabelecer a periodicidade de entrega de documental e os mecanismos de controle de documentos obrigatórios a serem apresentados para os monitoramentos. • Realizar comparativo dos riscos da atividades entre regionais e entre próprios e terceiros.

Plano de Implementação da Ação	O Que Fazer (ação ou contramedida)	Quem (Responsável/ Cargo)	Quando (prazo/ conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)																
Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Estabelecer o critério de elaboração de APR para clientes de madeira.	Supervisor de SSQV	31/05/2022	Para garantir que os riscos da atividade sejam todos identificados para mitigação de acidentes.	Por meio de análise dos procedimentos de SSQV e de negócios florestais para inclusão e solicitação dessa prática.																
	<u>Monitorar a implementação da APR em atividades de clientes de madeira por meio da ferramenta SSOMAR e CIPATR.</u>	<u>Supervisor de SSQV</u>	<u>25/07/2022</u>	<u>Para garantir a efetividade da implementação da APR em operações de clientes de madeira.</u>	<u>Com a inclusão de itens de verificação no formulário de monitoramento SSOMAR e nas pautas de CIPATR.</u>																
	Estabelecer a periodicidade de entrega de documental e os mecanismos de controle de documentos obrigatórios a serem apresentados para os monitoramentos.	Supervisor de SSQV e Analista de Negócios Florestais	15/06/2022	Para garantir a conformidade com as certificações florestais.	Estabelecer a periodicidade, os tipos de monitoramento e os controles necessários para assegurar a conformidade com as certificações florestais. Por meio de inclusão em procedimento dessas práticas.																
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão: Vide comentários acima.																				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):																				
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	O EMF realizou o mapeamento dos clientes de madeira que estão atuando nas fazendas da Suzano - UNF/SP. Foram identificados 10 clientes, sendo estabelecido o controle: <table border="1" data-bbox="386 1654 1442 1692" style="width: 100%; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Cliente</th> <th>Cód SAP</th> <th>Tipo Venda</th> <th>Contrato</th> <th>Fazenda</th> <th>UNF</th> <th>Início</th> <th>Término</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="8" style="text-align: center;">.</td> </tr> </tbody> </table> No sistema de Segurança do Trabalho foram realizados a revisão/atualização dos documentos de monitoramento como SSOMAR e OPA para verificação de itens relacionados à APR, bem como, a aplicação de harmonização de informações aos responsáveis pela aplicação das ferramentas.					Cliente	Cód SAP	Tipo Venda	Contrato	Fazenda	UNF	Início	Término	.							
Cliente	Cód SAP	Tipo Venda	Contrato	Fazenda	UNF	Início	Término														
.																					

Programa Linha Mestra

- Matriz de consequência: Programa Linha mestra
- A inobservância das regras de segurança, envolvendo atitudes que sejam consideradas atos faltosos ou faltas graves, implica na aplicação do processo de Gestão de Consequência.
- Falta Grave: descumprimento de qualquer uma das 9 Regras prioritárias
- Ato Faltoso: Descumprimento de qualquer outra Regra de Segurança

Matriz de consequências	Ato faltoso		Segunda reincidência ou falta grave (descumprimento do Linha Mestra)
	Primeira vez	Reincidência	
Profissionais próprios	Advertência	Suspensão	Desligamento
Prestadores de serviço	Notificação advertência + Multa contratual	Notificação suspensão + Multa contratual	Notificação desligamento + Multa contratual

Material de treinamento sobre o Programa Linha Mestra com as definições da Matriz de Consequências.

Como forma de manter os registros atualizados, controle de frequência e gravidade, e adotar as medidas preventivas e mitigadoras, o EMF implementou o monitoramento da ferramenta APR (Análise Preliminar de Risco) em atividades de clientes de madeira por meio das ferramenta SSOMAR e OPA, e quando identificado desvios, são tratados com planos de ação (DNA e OPA/MOKI).

PONTUAÇÃO RELATIVA AO CHECK-LIST				
MÁXIMO	ATINGIDO	PONTOS		
3133,1	2879,6	91,9%		
ITEM	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTOS POSSÍVEIS		NÃO CONFORMIDADE / OBSERVAÇÃO
1	FOLLOW UP SSOMA	0,0	0	
1.1	Existe plano de ação para as não conformidades indentificadas no SSOMAR anterior?		OBS	
1.2	O plano de ação está dentro do prazo programado ou existe justificativa para os atrasos?		OBS	
1.3	Outros		NA	
2	PPRA/PCMSO/ASO	200,0	200	
2.1	Seguir lista de verificação do PPRA		5	Apresentado PGR
2.2	Seguir lista de verificação do PCMSO		5	
2.3	Outros		NA	
3	GESTÃO DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	188,2	176,5	
3.1	Os colaboradores possuem Ordens de Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional assinadas e tem conhecimento das mesmas?		5	Possui ordem de serviço específico da atividade
3.2	Os riscos de acidentes estão mapeados e divulgados através de MDR, APR, Normas e Procedimentos e as medidas de proteção implantadas?		5	Empresa Atende ao itens.
3.3	Os colaboradores recebem a 2ª via do ASO após a realização dos exames médicos a que foram submetidos?		5	Empresa fornece 2 via ASO ao funcionário

Inclusão de verificação no SSOMAR – Sobre APR

	 <p>Além disso, estabeleceu a periodicidade de entrega de documentos obrigatórios e os mecanismos de controle a serem apresentados para os monitoramentos.</p> <p>Evidências: 05_NCR_FSC_2021_SSQV.NEG</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF realizou o levantamento e monitoramento dos clientes de madeira que estão atuando nas fazendas da Suzano - UNF/SP, sendo identificado 10 clientes.</p> <p>Foram alterados e atualizados os documentos de monitoramento como SSOMAR e OPA (Observação Positiva da Atividade) para verificação de itens relacionados à APR (Análise Preliminar de Riscos), bem como a aplicação das informações enviadas aos responsáveis pela aplicação das ferramentas.</p> <p>Foi implementado o monitoramento da ferramenta APR (Análise Preliminar de Risco) em atividades de clientes de madeira por meio da ferramenta SSOMAR e OPA, e quando identificado desvios, são tratados com planos de ação (DNA e OPA/MOKI). O objetivo foi manter os registros atualizados, controle de frequência e gravidade, e adotar as medidas preventivas e mitigadoras.</p> <p>A Suzano SP apresentou o material de treinamento sobre o Programa Linha Mestre com as definições da Matriz de Consequências. Também estabeleceu a periodicidade de entrega de documentos obrigatórios por parte dos clientes de madeira e os mecanismos de controle a serem apresentados para os monitoramentos, conforme verificado no tema na lista de treinamento.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Print.Obs.Positiva.APR; -Lista_Clientes_UNF.SP_Ago.22; - SSOMAR Comboio 07.06; - SSOMAR.VETRAN SP3.2022; - Req_12759 Min_Distrato Belém; - PLANO_TRAB_SSQV 2022_UNFSP; - Harmonização Ferram SSOMAR.png; - Lista.Pres.Harm.SSOMAR_ESG.xlsx.

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2021-04

Selecione uma:	<input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM
-----------------------	--

Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
---	---

NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):
--

Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3. e)
----------------------------	--

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

Em inspeção nas atividades de colheita e baldeio, nas Fazenda Porto do Meira (Guaratinguetá), Ariona (Itatinga-SP) e Echaporã (Capão Bonito-SP), foi verificado que os operadores, antes do início da atividade, aplicam um checklist para verificar as condições das máquinas. Em avaliação dos checklist, verificou-se que constam não-conformidades recorrentes, não tratadas pela área de manutenção, como por exemplo, falha nas câmeras na parte traseira, limpadores de para-brisa sem funcionamento, e leds que compõe os faróis, que não acedem durante o acionamento. A falta de reparo desses itens, compromete a segurança, durante a execução da atividade, considerando as condições ambientais, como chuva e o trabalho noturno. Em alguns casos, os checklists apontam a necessidade de reparos há mais de 60 dias. Ademais, na frente de colheita da Fazenda Echaporã, evidenciou-se a existência de máquina operando, com item classificado como necessidade de “parada imediata” indicado no checklist como “não conforme”. Havia apontamento do setor de segurança do trabalho, indicando a necessidade de reparo do item, e ainda assim, a máquina continuava em operação, em contrariedade à ação requerida pelo checklist.

Ademais, constatou-se que os critérios utilizados nos apontamentos para classificar os reparos entre “parada imediata” e “manutenção preventiva” demonstraram algumas incoerências, como, por exemplo, uma máquina que opera 24h necessita de reparos nos leds de iluminação, para a execução segura do trabalho noturno, mas esse reparo encontrava-se previsto apenas para a manutenção programada, não sendo requerida “parada imediata” nessas condições.

Foi verificado, em entrevista com os responsáveis, que para que o setor de manutenção realize as correções de desvios apontadas no checklist, deve-se abrir uma “etiqueta de manutenção”. Ao verificar o Sistema informatizado de manutenção, constatou-se que vários desvios apontados no checklist verificados em campo não possuíam a respectiva etiqueta de manutenção registrada no sistema, gerando atraso nos reparos.

O EMF evidenciou que está trabalhando em um plano de ação para informatização do checklist preenchido em campo pelos operadores, visando sanar os atrasos na tratativa das questões. Apesar disso, o projeto ainda não foi efetivado e os problemas são recorrentes na UMF.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

Inspeção nas atividades de colheita e baldeio; checklist de inspeção diária de máquinas; etiquetas de manutenção; Sistema informatizado de manutenção; Plano de ação para informatização de checklist de inspeção; Entrevista com responsáveis.					
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>					
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Com base no check list das etiquetas foram elencados os equipamentos com apontamentos impeditivos. Estes foram paralisados e encaminhados para manutenção. Após isso foram substituídos todos os check lists obsoletos das máquinas por check lists atualizados.				
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	<p>Constataram-se as seguintes causas para o presente desvio:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falha na identificação de itens impeditivos para a segurança; Ausência de follow-up do status das etiquetas abertas para operação; Ausência de sistematização do processo de etiquetas de manutenção de máquinas de colheita; Falha no fluxo e padrão para execução das atividades de etiquetas de manutenção; Dificuldade dos operadores no preenchimento das etiquetas. 				
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	<p>Como ações corretivas serão implementados os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisar o checklist de verificação dos itens críticos de segurança de máquinas e equipamentos; Realizar DDS (Diálogo Diário de Segurança) em campo com todos os colaboradores sobre quais itens são essenciais para segurança; Conferir, revisar e atualizar todas as etiquetas de manutenção abertas e as encerradas; Sistematizar o processo de etiqueta de manutenção por aplicativo; Estabelecer procedimento para gestão das etiquetas de manutenção; Treinar colaboradores envolvidos no preenchimento e gestão de etiquetas. 				
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O Que Fazer <i>(ação ou contramedida)</i>	Quem <i>(Responsável/Cargo)</i>	Quando <i>(prazo/conclusão)</i>	Porque <i>(Justificativa da ação)</i>	Como <i>(Detalhamento da ação)</i>
	Revisar o checklist de verificação dos itens críticos de segurança de máquinas e equipamentos	Sup. de SSQV	31/05/2022	Para garantir a segurança e tomada de decisão segura para as operações florestais.	Por meio da criação/atualização do checklist de verificação dos itens críticos de segurança de máquinas e equipamentos.
		Sup. de SSQV	15/06/2022	Para conscientizar a equipe sobre quais itens são essenciais para segurança e quais devem impedir a operação do equipamento em caso de falha.	Por meio da utilização da ferramenta DDS (Diálogo Diário de Segurança).
Realizar DDS (Diálogo Diário de Segurança) em campo com todos os colaboradores sobre quais itens são	Coord. De Manutenção	30/06/2022	Para garantir a real situação do equipamento em relação aos itens de manutenção.	Por meio da verificação in loco dos equipamentos, analisando se todas as etiquetas de manutenção de fato	

	essenciais para segurança				foram tratadas e inserindo a informação no sistema para visualização do operador. Apresentando no final um acompanhamento do status final da manutenção de equipamentos.
	Conferir, revisar e atualizar todas as etiquetas de manutenção abertas e as encerradas.	Coord. De Manutenção	30/06/2022	Para melhorar o processo de etiquetas, com maior velocidade nas tratativas e criação de barreiras efetivas para eliminação de erros.	Por meio do desenvolvimento de um aplicativo mobile para criação, acompanhamento e fechamento de etiquetas, sendo gerenciado por uma plataforma web para planejar, programar e validar a execução das ações corretivas.
	Sistematizar o processo de etiqueta de manutenção por aplicativo.	Coord. De Manutenção	10/07/2022	Para padronizar e monitorar as atividades e definir ações em casos de desvios.	Através do estabelecimento das diretrizes e práticas para confecção das etiquetas, responsabilidades, medidas disciplinares, registro de liberação do equipamento, entre outros.
	Treinar colaboradores envolvidos no preenchimento e gestão de etiquetas	Sup. de Operações.	15/08/2022	Para capacitar o colaborador para executar as atividades de acordo com o procedimento.	Por meio de orientações didáticas, com base no procedimento gerencial de etiquetas da manutenção.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)				

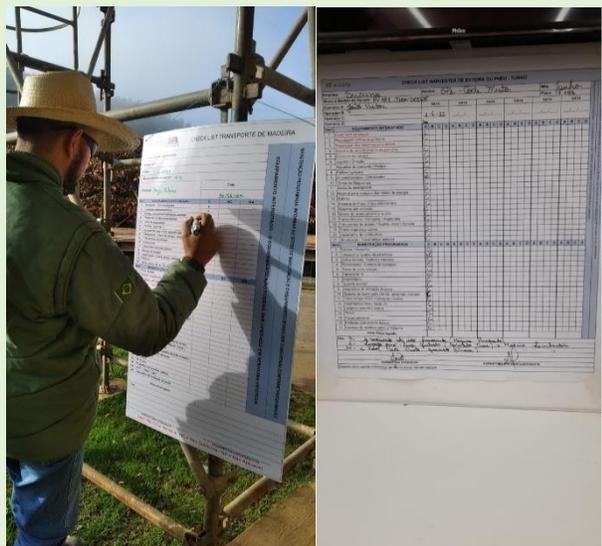
	<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF fez a verificação dos equipamentos com apontamentos impeditivos para serem paralisados e encaminhados para manutenção.</p> <p>O procedimento de Segurança (PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Implementos) foi revisado e disponibilizado no Sistema de Documentação da Suzano (DocNix) com a adequação do checklist com os itens impeditivos relacionados com a Segurança do Trabalho.</p> <p>Este procedimento traz como forma descritiva o fluxo de tratativa de itens impeditivos Conformes e Não Conformes, bem como as rotinas e periodicidade de verificações de campo. A aplicação do checklist é realizada pelo operador da máquina e pelos Técnicos de Segurança do Trabalho, conforme descrito abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operador de máquina: antes de iniciar a atividade, o operador faz a aplicação do checklist para avaliar a existência de itens impeditivos Não Conformes. • Técnicos de Segurança: o checklist é aplicado periodicamente, conforme frequência estabelecida em procedimento. Quando identificado itens impeditivos Não Conformes, a máquina/equipamento é bloqueada. Quando a manutenção for realizada, a operação informa e evidencia a tratativa das ações para a Segurança, e a máquina/equipamento é desbloqueada. <p>O EMF realizou a sistematização do processo de etiqueta de manutenção por aplicativo, de forma a melhorar o processo de etiquetas, com maior velocidade nas tratativas e criação de barreiras efetivas para eliminação de erros.</p> <div data-bbox="386 1052 1377 1612" style="border: 1px solid black; padding: 10px;"> <p style="text-align: center;">Etiqueta de Manutenção</p> <p style="text-align: right;"></p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <p>Selecione Opção</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Selecione o Equipamento que será aberto a Nota</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Selecione o Tipo de Visita</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>Preencher dados Necessários</p> </div> </div> <p style="text-align: center; color: red; font-weight: bold;">*Para avançar para tela seguinte clicar em "Continuar"</p> </div> <p>De modo a identificar as etapas com pendências, a Gestão da Manutenção estabeleceu o monitoramento da execução da manutenção, bem como a implementação da análise crítica para avaliar a efetividade do tempo de execução das solicitações.</p>



Desta forma, a interrelação entre os apontamentos de campo e seu gerenciamento passou a ter mais efetividade.

A Segurança do trabalho do EMF implementou medidas para verificar regularmente as condições adequadas das máquinas, equipamentos e ferramentas que estão sendo utilizadas nas operações, por meio de inspeções.

Para capacitar o colaborador para executar as atividades de acordo com o procedimento, foram realizados treinamentos.



O EMF demonstra por meio das suas práticas e ações implementadas que as máquinas, equipamentos e ferramentas são verificados regularmente, sendo mantidos em condições adequadas de uso.

Evidências:

06_NCR_FSC_2021_SSQV_MAN

<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>Foi evidenciado que a empresa descreveu no item 4.4 do procedimento “PG.12.00.0047 – Verificação e Autorização de Máquinas, Veículos e Equipamentos e Implementos”, revisão 7, datada 11/07/2022, o fluxo de atendimento aos itens do checklist, de modo a assegurar que equipamentos com itens impeditivos de segurança não operem até sua conformidade.</p> <p>Foram realizados treinamentos com os colaboradores sobre o preenchimento do checklist, realizado em agosto/2022 com todos os módulos de colheita mecanizados.</p> <p>Ademais, foi evidenciado que a empresa implementou o controle de etiquetas de manutenção de forma informatizada e integrada entre os setores operacional e mecânico. Com isso, o tempo de manutenção das máquinas foi ajustado e também identificou-se com maior previsibilidade as peças de reposição a serem disponibilizadas em campo para maior agilidade das manutenções, conforme informado pelos responsáveis. Em campo, ao inspecionar os módulos de colheita foi possível verificar que as máquinas estavam em condições adequadas e que não havia etiquetas de manutenção com tempo excessivo sem tratativa. Na plataforma de gestão das etiquetas, é possível realizar filtros de análise, como por exemplo: Etiquetas abertas por status, Etiquetas abertas por tema, Etiquetas pendentes por período, Etiquetas por módulo, Etiquetas pendentes por módulo, Quantitativo de etiquetas mensais criadas e encerradas. Os dados apresentados de 2022, atualização de 19/08/2022, evidenciam que 97,43% das etiquetas aberta já haviam sido tratadas, ou seja, de um total de 15.423 apenas 396 estavam pendentes de tratativa.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>

Constatação Número: 2021-05	
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM</p>	
<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.3. e)</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Foi evidenciado que os PPRA e PCMSO entre as regionais da Suzano SP, possuem identificação de riscos e exames complementares diferentes, para empregados que atuam nas mesmas funções. Por exemplo, para o cargo de Operador de Máquina de Colheita, no PPRA vigente, Grupo Homogêneo de Exposição - GHE 03, das UNF - SP-01 e UNF - SP-03 foram reconhecidos os Fatores de Riscos “Ruído, Vibração Corpo Inteiro, Radiação Não-Ionizante, Gases e/ou Vapores, Aerodispersóides, Óleos e Graxas”. O PCMSO vigente da UNF SP-01 não lista fatores de risco identificados no PPRA e solicita somente o exame clínico. Já, o PCMSO vigente da UNF -</p>	

SP-03 lista corretamente os fatores de risco reconhecido no PPRA, solicita o exame clínico e os exames complementares, alinhado com as exposições reconhecidas.					
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): PPRA, PCMSO.					
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>					
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Por meio de verificação dos riscos das atividades e funções relacionados em cada regional analisaram-se os pontos de divergência entre os programas de saúde.				
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha na correlação dos riscos entre os programas de saúde e segurança.				
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	Padronizar o PCMSO para as regionais da UNF/SP com a mesma base de fatores de risco do PGRTR e fazendo consenso entre os médicos que atuam nas regionais.				
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O Que Fazer <i>(ação ou contramedida)</i>	Quem <i>(Responsável/Cargo)</i>	Quando <i>(prazo/conclusão)</i>	Porque <i>(Justificativa da ação)</i>	Como <i>(Detalhamento da ação)</i>
	Realizar comparativo dos riscos das atividades entre regionais e entre próprios e terceiros.	Supervisor de SSQV	15/08/2022	Para padronizar a análise de riscos em programas de SSQV.	Realizar a checagem dos riscos x atividades entre as regionais e entre próprios e terceiros de forma a contemplar os mesmos riscos e eliminar divergências.
	Padronizar o PCMSO para as regionais da UNF/SP.	Médico	30/08/2022	Para garantir a segurança dos colaboradores nas operações florestais.	Utilizando a mesma base de fatores de risco do PGRTR e fazendo consenso entre os médicos que atuam nas regionais.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)				

	<input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou que houve uma falha na correlação dos riscos entre os programas de saúde e segurança nas regionais, sendo identificado os pontos que estão ocasionando divergência no PCMSO.</p> <p>Desta forma, passou a utilizar a mesma base de fatores de risco dos programas, fazendo consenso entre os médicos que atuam nas regionais, ou seja, atualizados com os riscos e exames similares.</p> <p>O EMF também fez abrangência aos PCMSO das outras regionais.</p> <p>Evidências: 07_NCR_FSC_2021_SSQV</p>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF possui um sistema de Gestão de saúde e segurança e meio ambiente do trabalho consolidado, descrito nos documentos: “PG 12.00.0044 Floresta Segura”, “PG.12.00.0030_SSOMAR”, “PG.12.00.0021_Estrada Segura”.</p> <p>O EMF reavaliou os Programas de Saúde quanto a consistência da documentação do sistema de gestão de saúde segurança e meio ambiente (PGRTR, PCMSO, LTCAT), dos trabalhadores próprios e suas EPS, quanto à exposição de riscos ocupacionais e exames médicos realizados para atividades similares. Conferido na análise documental amostrada que não há divergência entre os riscos apresentados no PGRTR e PCMSO. Também foi verificado no ASO dos colaboradores selecionados que foi cumprido os exames previstos no PCMSO.</p> <p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PCMSO SP01 2022; - PCMSO SP3_ITAT_09-2022. Docx; - LTCAT_ECOFUTURO_2022; - LTCAT_FUTURAGENE_2022; - LTCAT_SP01_e_CAPÃO_2022; - LTCAT_SP02_SP6_2022; - LTCAT_SP03_2022; - LTCAT_SP05_2022; - LTCAT_VIVEIRO_ALAMBARI_2022; - PCMSO_SZN 2022; - PCMSO_SZN_Atual_22; - PGRTR SP1; - PGRTR SP; - PGRTR SP3; - PGRTR SP5; - PGRTR VIVEIRO.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada

	<input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
--	--

Constatação Número: 2021-06

Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM
--

Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
---	---

NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):
--

Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 2.1. d)
----------------------------	--

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):
--

- O EMF possui procedimentos para a venda de ativos biológicos (venda de madeira), sendo as atividades executadas pelo clientes ou por empresas prestadoras de serviços (PG 01.07.0007- Venda de madeira), com última atualização em 27/10/2021. Foi observado que os procedimentos de segurança do trabalho não contemplam necessidades/requisitos específicos para empresas iniciantes, como, por exemplo, intensificação inicial dos monitoramentos pelo EMF.

- O EMF possui o PO.35.01.0001- *Atividades de Vigilância Patrimonial e Florestal*, de 2021 que orienta, detalhadamente, a atuação das equipes terceirizadas de Inteligência Patrimonial. No entanto, o item "7.4 Registros", aponta que "as ocorrências são coletadas em ferramentas de controle sistematizadas", sem dar maiores informações sobre tais ferramentas e sem mencionar como ocorre o fluxo de informações.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

PG 01.07.0007- Venda de madeira;
 PO.35.01.0001- Atividades de Vigilância Patrimonial e Florestal.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata (quando aplicável)	Revisou-se o procedimento de venda de madeira (PG 01.07.0007) com a inclusão de todos os monitoramentos de SSQV necessários antes do início das operações de clientes de madeira. Padronizou-se a ferramenta de registro de ocorrências na UNF/SP, relacionadas ao PG.35.01.0001.
---	--

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Constataram-se as seguintes causas para o presente desvio: <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de diretrizes para o monitoramento inicial de SSQV nas atividades desempenhadas por clientes de madeira; • Ausência de fluxo no procedimento para registro das ocorrências patrimoniais.
--	---

Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou	Como ações corretivas serão implementados os seguintes itens:
--	---

<p>Ação de Melhoria (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer quais os monitoramentos de SSQV necessários quando do início de atividades operacionais por clientes de madeira; • Avaliar o modelo de contrato e propor alternativas para a obrigatoriedade de itens de saúde e segurança para novos contratos; • Estabelecer o fluxo de registros de ocorrências relacionadas ao procedimento PG.35.01.0001; • Treinar, orientar equipes e monitorar os sistemas/fluxos modelos de sistemas revisados. 				
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O Que Fazer (ação ou contramedida)</p>	<p>Quem (Responsável/ Cargo)</p>	<p>Quando (prazo/ conclusão)</p>	<p>Porque (Justificativa da ação)</p>	<p>Como (Detalhamento da ação)</p>
<p>Estabelecer quais os monitoramentos de SSQV necessários quando do início de atividades operacionais por clientes de madeira.</p>	<p>Sup. de SSQV e Anal. Negócios</p>	<p>31/05/2022</p>	<p>Para garantir que as operações iniciais de clientes de madeira estão em conformidade com os procedimentos da Suzano.</p>	<p>Por meio de verificação de quais ferramentas devem ser aplicadas nas verificações de campo no início das atividades de clientes e definindo a periodicidade dos monitoramentos.</p>	
<p>Avaliar o modelo de contrato e propor alternativas para a obrigatoriedade de itens de saúde e segurança para novos contratos.</p>	<p>Analista de Negócios</p>	<p>30/06/2022</p>	<p>Para garantir que clientes de madeira cumpram itens de saúde e segurança estabelecidos em procedimentos da Suzano.</p>	<p>Por meio de avaliação de cláusulas de itens de segurança (legislação e procedimentos internos) junto à área jurídica e de SSQV.</p>	
<p>Treinar as equipes de campo de clientes com os procedimentos atualizados.</p>	<p>Analista de Negócios</p>	<p>30/07/2022</p>	<p>Para garantir o conhecimento e entendimento dos procedimentos de SSQV do EMF.</p>	<p>Por meio de treinamentos com as equipes de clientes que operam em campo.</p>	
<p>Análise crítica periódica dos DNA relacionados ao cumprimento de procedimentos e tratativas tomadas – SSQV.</p>	<p>Supervisor de SSQV</p>	<p>30/08/2022</p>	<p>Para garantir a eficácia das tratativas e ações implementadas.</p>	<p>Analisar os dados e verificar o nível de ocorrência para checar se as tratativas estão sendo eficazes.</p>	
<p>Estabelecer o fluxo de registros de ocorrências relacionadas ao procedimento PG.35.01.0001.</p>	<p>Coord. de IP</p>	<p>15/07/2022</p>	<p>Para garantir a uniformidade dos registros de ocorrências patrimoniais na UNF/SP.</p>	<p>Estabelecendo as etapas de registro das ocorrências na ferramenta e revisando o procedimento com a inclusão destas etapas.</p>	
<p>Orientar as equipes com o procedimento atualizado.</p>	<p>Coord. de IP</p>	<p>30/08/2022</p>	<p>Para garantir o conhecimento e entendimento do procedimento de Vigilância Patrimonial de forma a realizar os registros das</p>	<p>Por meio de reuniões com as equipes envolvidas no processo.</p>	

	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25%;"></td> <td style="width: 25%;"></td> <td style="width: 25%;"></td> <td style="width: 25%; text-align: center;">ocorrências corretamente.</td> </tr> </table>				ocorrências corretamente.
			ocorrências corretamente.		
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão:</p>				
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>				
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF revisou o procedimento de venda de madeira (PG 01.07.0007) com a inclusão do item 4.10.3 monitoramento das atividades quando da realização de vendas de madeira. O procedimento encontra-se na revisão 02, sendo sua atualização em 18/07/2022.</p> <p>Além disso, na formalização de novos contratos de venda de madeira foram incluso clausulas de Obrigações da Compradora, onde a COMPRADORA se comprometer a realizar todas as atividades pertinentes e necessárias para que seus colaboradores executem os trabalhos de forma segura e de acordo com os procedimentos de saúde e segurança do EMF.</p> <p>A área de SSQV (Segurança do Trabalho) do EMF incluiu nos monitoramentos de rotina a checagem antes do início das operações dos clientes de madeira em campo. A intensificação e conscientização dos colaboradores dos clientes que adentrarem as dependências da UMF são realizadas quando estes participam do processo de integração, que engloba a entrega de documentação.</p> <p>O PG MONITORAMENTO SSOMAR – SEGURANÇA, SAÚDE OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE RURAL- PG.12.00020, foi revisado para inclusão do item 4.2.4 que menciona o pré monitoramento das empresas recém-contratadas.</p> <p>A equipe de SSQV faz a gestão das informações dos monitoramentos de segurança do trabalho, analisa os dados e verifica o nível de ocorrência para checar se as tratativas estão sendo eficazes.</p> <p>Em relação as atividades de vigilância patrimonial descrita no procedimento PG.35.01.0001, onde existia ausência de fluxo para registro das ocorrências patrimoniais, o EMF realizou alinhamento e padronizou a ferramenta no App da Plataforma ROip, desta forma realizou a revisão do PG.35.01.0001, revisão 2 com atualização em 20/04/22. As equipes foram treinadas e orientadas sobre os registros das ocorrências e monitoramento.</p> <p>Evidências:</p>				

10_OBS_FSC_2021_N.FLOR	
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF inseriu em seu procedimento de venda da madeira (“PG 01.07.0007 – Procedimento de Venda de Madeira”, Revisão 3, datada de 16/09/2022), no item “4.9.3 Monitoramentos das atividades”, informações acerca da metodologia abordada para a realização dos monitoramentos acordados no contrato, como por exemplo: operações de colheita/transporte, condições de devolução da área, legislação de saúde, segurança, meio ambiente e implementação das recomendações socioambientais. O procedimento também aborda a responsabilidade de ações mitigatórias e reporte aos envolvidos. Em conjunto, o procedimento “PG.12.00.0030 – Monitoramento SSOMAR – Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente Rural” foi atualizado (revisão 02, de 23/09/2022), em que no item “4.2.4. Pré-Monitoramento SSOMAR” inclui que durante os monitoramentos serão oferecidos conhecimentos detalhados sobre quaisquer requisitos avaliados.</p> <p>Para as atividades de fiscalização de propriedade descritas no procedimento PG.35.01.0001 (revisão 2), o EMF atualizou e padronizou as ferramentas na aplicação da plataforma ROip. Conforme evidenciado por entrevista utilizando o aplicativo Microsoft Teams as equipes que realizam a vigilância patrimonial foram treinadas e orientadas para realizarem os registros e monitoramentos de eventos. O fluxo do processo de cadastro de informações foi apresentado pelo responsável da Vigilância Patrimonial.</p> <p>Evidências analisadas:</p> <p>Procedimentos: PG.01.07.0007_Proced_Venda_Mad; PG12.00.0030 SSOMAR; PO 35-01-0001;</p> <p>Lista de treinamentos: Lista_Treinamento_Rev_PO.35.01.0001; Evid. Alinhamento.Atual.PG.01.07.0007;</p> <p>Outros arquivos: Contrato de compra e venda de madeira.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)</p>

Constatação Número: 2021-07

Selecione uma: NC maior NC menor OM

<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 5.1. a)</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Foi evidenciado que algumas EPS vinham realizando o pagamento do salário dos trabalhadores no dia 10 de cada mês, mediante acordo coletivo firmado com o sindicato de trabalhadores rurais. Isso decorria do repasse de pagamento da Suzano, para as EPS, ser realizado apenas no dia 10. Essa situação foi sanada, em 2021, passando-se a data de pagamento dos trabalhadores para o 5º dia útil, mediante novo acordo coletivo firmado. Apesar disso, constatou-se que a Suzano não alterou sua data de pagamento para as EPS, de modo que para realizar o pagamento no 5º dia útil, a empresa prestadora de serviços precisa realizar uma antecipação de recebíveis, com o banco, por meio do Programa Risco Sacado. Esse programa implica em juros para o prestador de serviços para resgate antecipado do valor. Foi evidenciado que o primeiro mês de resgate ocorreu em abril/2021 e totalizou 0,33% de juro a.m. e que esse valor vem aumentando progressivamente, estando em outubro/2021 no valor de 0,68%. O EMF não considerou a análise de impacto socioeconômico dessa nova modalidade nas EPS contratadas, sendo conveniente avaliar os impactos e prever ações de mitigação.</p>	
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>Holerites; Entrevistas com colaboradores e prestadores de serviços.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
<p>Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i></p>	<p>Realizou-se a verificação das EPS (empresas prestadoras de serviços) listadas no portal Destra com a característica de antecipação de recebíveis com a validação dos gestores de contratos/suprimentos. Além disso, verificaram-se as datas de pagamentos da Suzano para as EPS estabelecidas em contrato e reiterou-se junto as EPS a informação das datas de pagamento.</p>
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<p>Falha na comunicação para as EPS sobre a análise de impacto socioeconômico quando utilizado a modalidade de risco sacado.</p>
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i></p>	<p>Disponibilizar material explicativo para as EPS referente a modalidade de Risco Sacado.</p>

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	O Que Fazer (ação ou contramedida)	Quem (Responsável/Cargo)	Quando (prazo/conclusão)	Porque (Justificativa da ação)	Como (Detalhamento da ação)
	Disponibilizar material explicativo para as EPS referente a modalidade de Risco Sacado.	Analista de Suprimentos	30/06/2022	Esclarecer para as EPS que as operações de antecipar os títulos e NF a receber não está relacionada as datas de pagamentos da Suzano e sim práticas de mercado.	Disponibilizando para as EPS o Guia de Uso da Plataforma;Monkey onde consta perguntas e respostas, bem como esclarecimento sobre o processo de adesão voluntário. Explicação as EPS sobre a operação de mercado oferecida que possibilita antecipar os títulos e NF a receber, utilizando da sua confiabilidade. Esta operação não está relacionada com as datas de pagamentos pré definidos na Suzano.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão: vide comentários acima.				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):				
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF identificou uma falha na comunicação para as EPS sobre a análise de impacto socioeconômico quando utilizado a modalidade de risco sacado.</p> <p>Realizou-se a verificação das EPS (empresas prestadoras de serviços) listadas no portal Destra com a característica de antecipação de recebíveis com a validação dos gestores de contratos/suprimentos. Além disso, verificaram-se as datas de pagamentos da Suzano para as EPS estabelecidas em contrato e reiterou-se junto as EPS a informação das datas de pagamento.</p> <p>Disponibilizando para as EPS o Guia de Uso da Plataforma Monkey onde consta perguntas e respostas, bem como esclarecimento sobre o processo de adesão voluntário. Explicação as EPS sobre a operação de mercado oferecida que possibilita antecipar os títulos e NF a receber, utilizando da sua confiabilidade. Esta operação não está relacionada com as datas de pagamentos pré definidos na Suzano.</p>				



Evidências:
09_OBS_FSC_2021_Supri

Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)

A empresa apresentou informações sobre o Programa Risco Sacado, a fim de evidenciar que o mesmo foi disponibilizado como uma possibilidade de antecipação de créditos, com adesão voluntária de seus prestadores de serviços como um benefício, motivado pelo período delicado da pandemia de COVID-19.

Dentre as informações prestadas, a Suzano descreveu que considerando o período de pandemia, e visando beneficiar os prestadores de serviços para antecipação de pagamentos e disponibilização de recursos com um menor taxa de juro, o Programa Risco Sacado foi instituído em maio-2021. Conforme constatado, o programa consiste da antecipação de recebíveis por meio da Plataforma Monkey (com leilão da taxa de juros) com juros mais baratos que o mercado (as taxas variam, conforme a Selic). Em 2021, a empresa estava com 9 bancos participando do programa e uma taxa média de 0,61%. O objetivo desse projeto foi compartilhar valor com os prestadores de serviços, de uso voluntário.

A iniciativa foi divulgada na mídia (acesso em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/07/11/suzano-viabiliza-r-1-bi-em-credito-a-seus-fornecedores.ghtml>; <https://finsiders.com.br/2021/06/10/monkey-exchange-fecha-parceria-com-suzano-para-financiar-fornecedores-da-companhia/>)

Abaixo segue um resumo apresentado do programa:

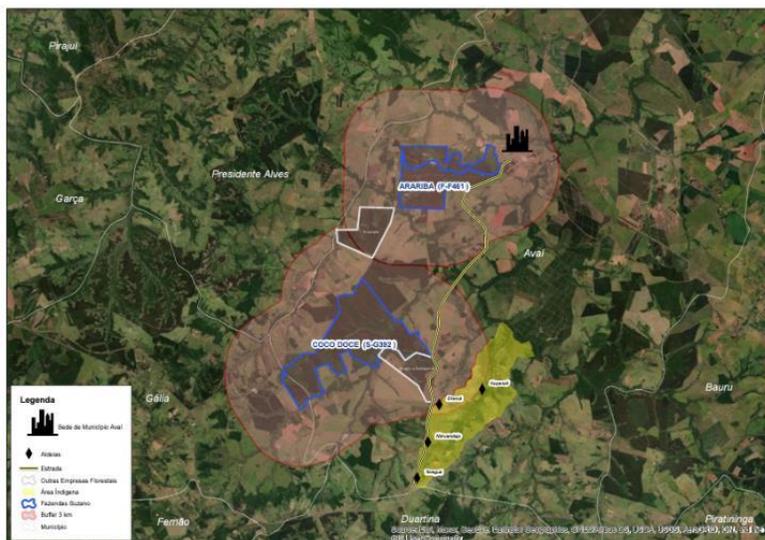


	<p>Foram realizadas lives em 2021 com os prestadores para explicar as condições do programa, ao total seis lives foram realizadas. A Monkey disparou um novo e-mail aos prestadores com todas as informações de passo-a-passo do programa e com canais de dúvidas, em 24-08-2022.</p> <p>A adesão ao programa está sujeita a uma análise de risco do fornecedor, com uma nota de qualificação (alto, médio e baixo risco). Fornecedores de alto risco não entram no risco sacado. O Fluxo do processo está definido no procedimento (PG.17.03.0006 - Gestão de Riscos de Fornecedores).</p> <p>A empresa evidenciou que encerrou o ano de 2021 com 1 bilhão de antecipação de recebíveis (577 cadastrados, dos quais 354 micro e pequenas empresas).</p> <p>A avaliação de satisfação ao programa pelos usuários, até o momento é de:</p> <div data-bbox="386 653 1143 1062">  </div> <p>Portanto, considerando os pontos acima descritos, e entendendo o benefício prestado pela iniciativa, a OBS foi encerrada.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i></p>

Constatação Número: 2021-08	
<p>Selecione uma: <input checked="" type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM</p>	
<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 5.1. a)</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p>	

Durante a auditoria de 2019, os auditores verificaram que o EMF realizou, em 2016, um levantamento de impactos sociais do manejo florestal, sobre as aldeias da Terra Indígena Araribá (Avaí-SP), localizada no entorno das fazendas Araribá e Coco Doce (buffer de 3 km), localizadas no Município de Avaí-SP, onde foi identificado o impacto do transporte de madeira.

Foi evidenciado que, ainda em 2020, o EMF identificou que a TI Araribá estava na área de influência de duas fazendas, Coco-doce e Araribá, conforme mapeamento apresentado (vide a seguir), o qual foi elaborado com base em levantamento realizado pela organização.



Já na auditoria de 2021, o EMF apresentou o seguinte:

1) Para a Fazenda Coco-doce, onde a TI se encontra na Área Diretamente Afetada (ADA) – buffer de 3 km, foi verificado, por meio de contrato de compra e venda, que a mesma foi vendida em 05/01/2021, não fazendo mais parte do escopo da certificação florestal. Com a venda, o EMF entendeu ser desnecessária a avaliação de impactos sociais dessa fazenda, junto à TI Araribá. Desse modo, a empresa evidenciou que fez diálogos com os povos indígenas, em outubro/2021, para comunicar os povos indígenas sobre a venda/desmobilização da Fazenda Coco-doce, pela Suzano, para outro empreendimento. Foi apresentado um Relatório de Caracterização da TI Araribá (outubro/2021), formulários de inventários sociais das 4 aldeias (outubro/2021) e o Relatório Diálogo Operacional Nº 126/2021 (outubro/2021), que evidenciam essa ação do EMF.

2) Para a Fazenda Araribá (Avaí-SP), verificou-se que:

2.1) Conforme estabelecido em seu “PO.26.03.001 - Procedimento de Diálogo Operacional”, revisão 0, de 26/01/2021, o EMF deve considerar, além da ADA, o mapeamento de rota de transporte, a fim de identificar as comunidades que podem ser impactadas pelo transporte da madeira (Itens 3.3, 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8 do “PO.26.03.001”). Se são impactadas, o processo descrito no procedimento estabelece que devem ser identificados os impactos, definidas e implementadas as medidas de mitigação e realizada a avaliação de eficácia das medidas implementadas. O procedimento também determina (item 4.5 do “PO.26.03.001”) que a identificação dos impactos deve ser realizada por meios de diálogos com partes afetadas antes das operações florestais.

Verificou-se que, de acordo com o mapa de planejamento de transporte apresentado pelo EMF, em 2020 (vide imagem apresentada acima), os caminhões de transporte de madeira passariam por uma estrada asfaltada, em área limítrofe à TI Araribá, num trecho aproximado de 7 km. Esta informação foi confirmada em consulta pública.

Em 2021, contrariando o procedimento e a avaliação feita e demonstrada pelo mapa anterior, o EMF justificou que a TI não faz parte da ADA da Fazenda Araribá, e por esse motivo, não houve necessidade de realizar a avaliação de impactos sociais das operações, junto às quatro aldeias que compõem a TI. Entretanto, no período de maio a setembro/2021, esta fazenda passou por operações de colheita e transporte, executadas por um cliente comprador de madeira, conforme contrato de venda de madeira em pé, apresentado pelo EMF. O EMF não evidenciou ter seguido as etapas estabelecidas em seu procedimento (“PO.26.03.001”), a fim de mitigar os impactos gerados pela atividade de transporte de madeira da Fazenda Araribá e avaliar a eficácia das medidas implementadas.

Em contrapartida, o EMF informou ter repassado as informações relativas aos impactos/medidas mitigadoras sobre a TI para a empresa compradora de madeira em pé que operou na Fazenda Araribá, a fim de mitigar os impactos, mas não apresentou registros que demonstrem a execução dessa atividade antes do início das operações. Desse modo, não foi possível evidenciar, que os impactos e as medidas mitigadoras definidas pelo EMF para essa operação foram previamente disponibilizados ao cliente para a implementação das medidas pelo mesmo. O EMF também não demonstrou ter acompanhado a operação do cliente, a fim de assegurar a implementação de tais medidas e avaliar a eficácia das mesmas.

2.2) Durante os diálogos realizados com os indígenas, em outubro/2021, após o encerramento das operações na Fazenda Araribá (março-setembro/2021), foram mencionados, dentre as lideranças indígenas entrevistadas, os impactos relacionados ao transporte da madeira da Fazenda Araribá o qual tem contribuído para deterioração da estrada (conforme registros apresentados e citados acima).

Após o diálogo com os povos indígenas, o EMF evidenciou ter realizado uma reunião com o cliente comprador de madeira que executou o transporte, a fim de tratar o encerramento dessa atividade na Fazenda Araribá, conforme evidenciado na ata da reunião datada de 14/10/2021. Nessa ocasião, a Suzano fez o repasse, ao cliente, das informações coletadas durante o diálogo operacional com os povos indígenas. Anexo à ata da reunião, consta o mapa de microplanejamento operacional do cliente comprador de madeira, contendo o mapa de rota de transporte, que não identifica a TI Araribá, apenas indica, como medida mitigadora geral, a necessidade de cuidados com a velocidade em vias municipais. Como encaminhamento, descreveu-se na ata que: “Após o recebimento dessa Ata e relatório do diálogo pós transporte, enviado pela Suzano, haverá uma análise interna sobre o relato.” (pelo cliente comprador da madeira).

Portanto, o EMF não evidenciou ter implementado ações a fim de prevenir e mitigar os impactos sociais do transporte de madeira sobre a TI Araribá.

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):

“PO.26.03.001 - Procedimento de Diálogo Operacional”, revisão 0, de 26/01/2021; Relatório de Caracterização da TI Araribá (outubro/2021); formulários de inventários sociais das 4 aldeias (outubro/2021); Relatório Diálogo Operacional Nº 126/2021 (outubro/2021); Ata da reunião realizada com cliente comprador de madeira, datada de 14/10/2021.

Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)

Ação Imediata
(quando aplicável)

Como ação imediata, o EMF realizou diálogos com a TI Araribá (Aldeias: Kopenoty, Nimuendajú, Ekeruá e Tereguá) referente às devolutivas da empresa compradora da madeira, para a verificação de possíveis impactos e demandas. Esse diálogo participativo com o povo indígena foi documentado em Ata datada de 18 de julho de 2022, onde foram abordadas as questões de impactos do transporte de madeira na via que passa pela TI entre outros temas.

<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<p>Falha no processo de comunicação com o cliente sobre a identificação prévia de impactos e orientações de ações mitigatórias.</p>					
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Revisão do procedimento interno PG. 01.07.0007 (procedimento de venda de madeira); Atualização do PO.26.03.0001 (Diálogo operacional); Treinamentos com as equipes do EMF envolvidas para garantir a implementação dos procedimentos nas futuras operações de venda de madeira para clientes;</p>					
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O Que Fazer (ação ou contramedida)</p>	<p>Quem (Responsável/ Cargo)</p>	<p>Quando (prazo/ conclusão)</p>	<p>Porque (Justificativa da ação)</p>	<p>Como (Detalhamento da ação)</p>	
<p>Definir processo de comunicação ao cliente, no caso de operações de venda de ativos biológicos.</p>	<p>Analista de Operações Florestais (Negócios Florestais)</p>	<p>10/07/2022</p>	<p>Para garantir a identificação prévia dos impactos e as orientações de medidas mitigadoras definidas pelo EMF e a disponibilização antecipada ao cliente, a fim de assegurar a implementação de tais medidas.</p>	<p>Definir, por meio de atualização do procedimento PG. 01.07.0007 o processo de comunicação entre a Suzano e os clientes garantindo que: Sempre que houver efetivação de venda de ativos biológicos a área de desenvolvimento social seja informada previamente para a definição do planejamento das operações (diálogo operacional, rotograma, etc.) entre a área de Desenvolvimento Social da Suzano e o Cliente; A partir dessa etapa o cliente receberá as recomendações socioambientais pela Suzano e reportará a implementação das mesmas.</p>		
<p>Definir as responsabilidades pela gestão das medidas mitigatórias.</p>	<p>Analista de Desenvolvimento Social</p>	<p>10/07/2022</p>	<p>Para assegurar que o processo de Diálogo Operacional ocorra em todas as comunidades impactadas pelas operações de compradores e garantir o</p>	<p>Através de revisão e atualização do PO.26.03.0001, que estabelece sobre o Diálogo Operacional e divulgação para os envolvidos no processo.</p>		

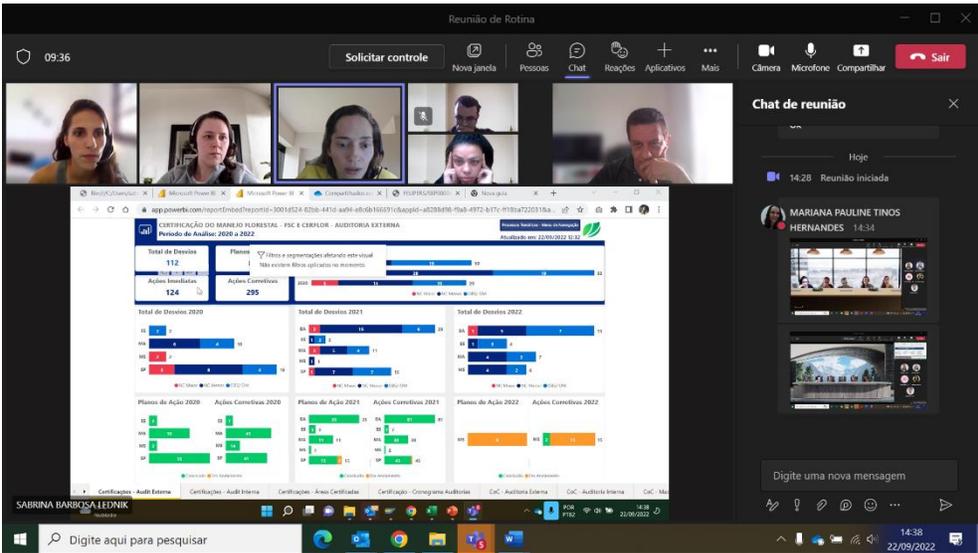
				compartilhamento de responsabilidades e clareza das mesmas.	
	Realizar treinamentos com equipes e responsáveis do EMF para garantir a implementação dos procedimentos nas futuras operações de venda de madeira para clientes.	Analistas de Desenvolvimento Social e Negócios	15/07/2022	Garantir a disseminação dos requisitos atualizados nos procedimentos referentes à comercialização de madeira.	Por meio de evento online junto aos responsáveis e colaboradores das áreas interface, através de apresentação das atualizações dos procedimentos, para disseminação de conhecimento.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):				
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>O EMF realizou a revisão do procedimento interno PG. 01.07.0007 (procedimento de venda de madeira), revisão 02, onde incluiu o processo de comunicação entre a Suzano e os clientes, visando garantir que: Sempre que houver efetivação de venda de ativos biológicos a área de desenvolvimento social seja informada previamente para a definição do planejamento das operações (diálogo operacional, rotograma, etc.), de forma a implementar ações entre a Suzano e o Cliente; A partir dessa etapa o cliente receberá as recomendações socioambientais e reportará a implementação das mesmas.</p> <p>Além disso, por meio da atualização do PO.26.03.0001 (Diálogo operacional), revisão 01, definiram-se as responsabilidades pela organização e condução de diálogos com as comunidades quando da venda de madeira. Este procedimento aborda as medidas de prevenção, controle e mitigação de atividades realizadas no manejo, buscando o engajamento das partes interessadas nos aspectos sociais que a empresa possa ter influência.</p> <p>Foram realizados treinamentos com as equipes do EMF envolvidas para garantir a implementação dos procedimentos nas futuras operações de venda de madeira para clientes enfatizando a questão de sinalização das operações de transporte.</p> <p>Evidências: 04_NCR_FSC_2021_DS</p>				

<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>Agosto/2022: A empresa evidenciou que realizou contato (de maneira remota) com representantes das quatro aldeias indígenas próximas à fazenda Araribá, em junho e julho/2022, conforme evidenciado por meio de relato presente no documento “Diálogo com comunidades indígenas”, datado de 18/07/2022. Como resultado desse diálogo, foi reforçado por um dos representantes indígenas que <i>“a comunidade sofre impactos com o transporte de madeira das Empresas Florestais instaladas na região. A rodovia local corta um trecho de 5 quilômetros à aldeia e, segundo ele, fica em péssimo estado de conservação, de modo que a atenção com as crianças que frequentam a escola precisa ser redobrada.”</i> Como resposta, a Suzano informou que o transporte da Fazenda Araribá se encerrou em setembro/2021, e que, na <i>“avaliação da Empresa compradora da madeira não houve danos no percurso resultante de suas operações. Foi ressaltado ainda que, a partir de relatório posterior às operações de transporte, elaborado pela equipe de diálogo operacional da Suzano, não é possível identificar as avarias por ele apontadas.”</i></p> <p>Em diálogo com outro representante indígena, foi mencionada <i>“vontade de uma sinalização específica e mais rígida no percurso que liga Avaí à Duartina”</i>, de modo que a Suzano em resposta, documentou que <i>“esclarecemos que internalizaríamos as informações de uma possível parceria com outros atores para a concretização das sinalizações apontadas pelo cacique.”</i></p> <p>Adicionalmente, a fim de rever seus procedimentos de mitigação de impactos sobre comunidades tradicionais e locais, no caso de venda de madeira em pé, e evitar reincidências, o EMF apresentou:</p> <p>1) Procedimento “PG.01.07.0007 – Procedimento de Venda de Madeira”, revisão 02, datado de 18/07/2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabeleceu no item “4.10.2. Comunicação interna e externa”, que: <i>“A área de Desenvolvimento Social realizará o Diálogo Operacional Prévio para informar que a operação de colheita e transporte não serão realizadas pela SUZANO. Após a realização do Diálogo Operacional a área de Desenvolvimento Social informará ao cliente e a área de Negócios Florestais e/ou Comercialização de Madeira sobre as recomendações socioambientais e possíveis medidas mitigatórias. Quando aplicável, o cliente deve ser orientado sobre a necessidade de realização de Diálogo Operacional nas comunidades próximas ao local da venda da madeira. E quando solicitado pela Suzano o cliente deverá encaminhar as evidências de realização de diálogos com as comunidades.”</i> - Estabeleceu no item “4.10.3. Monitoramento das atividades” que: <i>“os monitoramentos também devem contemplar questões relacionadas ao atendimento da legislação de saúde, segurança, meio ambiente e implementação das recomendações socioambientais e respectivas evidências das ações mitigatórias. A área de desenvolvimento social realizará Diálogo Operacional após o fim das operações para avaliação da efetividades das ações mitigatórias e reporte aos envolvidos”.</i> <p>2) Procedimento “PO.26.03.0001 – Diálogo Operacional”, revisão 01, datado de 12/07/2022:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabeleceu no item “4.5.8.3. Programa de Venda de Madeira” que: <i>“As comunidades e vizinhos impactos pelas operações nas propriedades da Suzano destinadas à venda de madeira deverão ser inseridas no programa anual de Diálogo Operacional. Nessa situação, o diálogo visa informar sobre a venda, o cronograma das operações, os</i>
--	---

	<p>canis de contato, além de identificar os impactos e medidas mitigatórias e informar o responsável pela operacionalização destas. A organização e condição dos diálogos é de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Social, em conjunto com a área de Negócios Florestais e do Comprador de madeira (Comprador). A área de Desenvolvimento Social, em conjunto com o Comprador deve elaborar o planejamento do diálogo e definir as medidas de mitigação dos impactos identificados. A responsabilidade pela execução das ações de prevenção e de mitigação de impactos é do Comprador, sendo a área de Negócios Florestais responsável pelo acompanhamento das mesmas.”</p> <p>Por fim, o EMF evidenciou que realizou treinamentos com os responsáveis a respeito dos procedimentos revisados, conforme evidenciado por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material didático do treinamento intitulado “Comunidades Tradicionais em Áreas de Influência da Suzano”, citando a alteração no item 4.5.8.3 do PO.26.03.001; - E-mail de agendamento e printscreen de tela de treinamento on-line realizado em 21/07/2022 sobre a alteração no PG.01.07.0007; - Printscreen de tela de treinamento on-line com tema “Atualização para equipe SP quanto as comunidades tradicionais e novos procedimento de DO (Obrigatório)”. <p>Assim, recomenda-se o fechamento dessa NC maior.</p>
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>

Constatação Número: 2021-09	
<p>Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM</p>	
<p>Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>
<p>NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):</p>	
<p>Padrão e Indicador:</p>	<p>Requisitos da Portaria do Inmetro nº 547 de 25 de outubro de 2012, item 7.3</p>
<p>Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):</p> <p>O EMF possui um procedimento de Cadeia de Custódia do Manejo Florestal, que contempla no item “4.7 – Comunicação”, como tratar possíveis reclamações recebidas por clientes. Apesar de listar as pessoas e funções envolvidas no processo, o procedimento não deixa claro para qual delas deverá ser encaminhada a reclamação para dar início ao fluxo de tratamento da questão.</p>	

Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Procedimento de Cadeia de Custódia do Manejo Florestal.					
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>					
Ação Imediata <i>(quando aplicável)</i>	Realizou-se uma análise e identificou-se no manejo os processos internos que recebem as demandas de clientes de madeira.				
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Após análise de causa raiz identificou-se falha no processo de revisão do procedimento de cadeia de custódia.				
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	Atualizar o procedimento de cadeia de custódia florestal incluindo a definição de responsáveis pela apuração de registros e encaminhamento de questões. Após a revisão e atualização do procedimento realizar divulgação junto aos responsáveis da área de estratégia e gestão socioambiental (Certificações) e as áreas de interface, por meio de apresentação das atualizações do procedimento, para disseminação de conhecimento.				
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	O Que Fazer <i>(ação ou contramedida)</i>	Quem <i>(Responsável/Cargo)</i>	Quando <i>(prazo/conclusão)</i>	Porque <i>(Justificativa da ação)</i>	Como <i>(Detalhamento da ação)</i>
	Atualizar o procedimento de cadeia de custódia.	Consultor de Certificações	30/05/2022	Para definição dos responsáveis pela apuração dos registros e encaminhamentos de questões.	Atualizar o procedimento de cadeia de custódia definindo os responsáveis pela apuração de registros e encaminhamento de questões.
	Realizar divulgação junto aos responsáveis da área de estratégia e gestão socioambiental (Certificações) e as áreas de interface para disseminação de conhecimento acerca do procedimento revisado e atualizado de cadeia de custódia.	Consultor de Certificações	30/08/2022	Garantir a disseminação dos requisitos atualizados do procedimento de cadeia de custódia.	Realizar divulgação junto aos responsáveis da área de estratégia e gestão socioambiental (Certificações) e as áreas de interface, por meio de apresentação das atualizações do procedimento, para disseminação de conhecimento.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:				
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final				

	<input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>	<p>O EMF fez a identificação dos processos internos que recebem as demandas de clientes de madeira (Negócios Florestais e Segurança do Trabalho). Realizou a adequação do manual de cadeia de custódia florestal, MA.25.01.0006 com a inclusão do item 4.11.1 definindo a responsabilidade de consolidar as informações das reclamações dos clientes de madeira. De janeiro a agosto de 2022 não houve registro de reclamações relacionados a certificação CERFLOR. Os temas de certificações são abordados nas reuniões de rotinas da área de certificações florestais.</p> <p>Evidências: 09_OM_CERF_2021_EGS</p>
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>	<p>O EMF elaborou seu manual de Manejo Florestal de Cadeia de Custódia Florestal “MA.25.01.0006 Manejo” onde no item 4.11.1. apresenta o direcionamento das responsabilidades de reclamações recebidas para o setor de “Certificação Florestal – Manejo”. Durante entrevista com o responsável do setor concluiu-se que nenhuma reclamação foi recebida, entretanto, foi apresentado o procedimento com as tratativas e prazos para responder ao reclamante quanto ao recebimento, tratamento e conclusão da reclamação.</p> <p>Como evidência foi analisado o manual “MA.25.01.0006 Manejo” e também foi apresentado evidência da reunião com os responsáveis da área de estratégia e gestão socioambiental (certificações).</p> 
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

3.2. Não Conformidades (NC) e Oportunidades de Melhoria (OM) emitidas nesta avaliação

Constatação Número: 2022-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão ABNT NBR 14789:2012, indicador 1.1. b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>A Norma Regulamentadora 31 (NR 31) teve sua última modificação em 22/10/2020, com início de vigência em 27/10/2021 (Portaria SEPRT 22.677). O novo texto da norma trouxe em seu item 31.7.6.1 a obrigatoriedade de banho para os trabalhadores rurais envolvidos na aplicação de agrotóxicos depois de encerradas as atividades. O item 31.7.6, alínea “e”, também determina como obrigação “Disponibilizar local para banho com: água, sabão, toalhas e armários individuais para a guarda da roupa de uso pessoal”. O EMF apresentou um procedimento de higiene corporal para seus trabalhadores em campo, viabilizando tal prática por meio de água, sabão e toalhas de papel, os quais seriam responsáveis/viáveis para higienizar membros inferiores, superiores e face (aproximadamente 64% do corpo do trabalhador). Também prevê o uso de mochilas pessoais para a guarda de pertences próprios dos trabalhadores. Se por um lado o procedimento adotado pelo EMF não viabiliza a higiene completa do corpo do trabalhador, por outro é bem verdade que a NR 31 deixa de conceituar, em seu glossário, a expressão “banho”, omitindo-se sobre sua operacionalização e extensão, relegando tal procedimento ao que restar estabelecido no PGRTR do empreendimento. Depõe em favor do procedimento adotado pelo EMF, ainda, o conteúdo do artigo 8º da CLT, que estabelece os usos e costumes como elemento integrador do Direito do Trabalho em face de omissão normativa, como a que se refere ao conceito de “banho” para o campo da Segurança e Saúde do Trabalho. Com isso, tem-se que o empreendimento se utiliza da prática costumária da rotina florestal para integração do conteúdo da norma regulamentadora, estando tal conduta amparada pelo texto celetista, aplicável a este conflito/omissão normativa.</p> <p>Entretanto, considerando-se a recente vigência do texto regulamentador, bem como do amadurecimento e aperfeiçoamento potencial que se seguirá, é conveniente que o EMF empreenda esforços no sentido de validar o procedimento implementado de higiene corporal adotado pela empresa junto ao órgão competente, inclusive quanto ao uso de bolsas ou mochilas em detrimento dos armários, para que haja a efetiva adequação do procedimento adotado.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Procedimentos operacionais, inspeção de campo, entrevistas com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:			
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)			
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Ação corretiva	Setor/Cargo Responsável	Prazo
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:		
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)			
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)			
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		

Constatação Número: 2022-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	

Padrão e Indicador:	Padrão 14789:2012, indicador 1.3. c		
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):			
<p>Foi evidenciado que, no caso de parcerias e arrendamentos, o pagamento de ITR fica sobre responsabilidade do proprietário do imóvel, conforme cláusula contratual. O contrato estabelece que o proprietário do imóvel pode solicitar reembolso do EMF, momento em que a empresa atesta o pagamento do referido imposto e a regularidade do imóvel com relação a esse tema. Nos casos em que o proprietário não solicita o reembolso, o EMF não possui uma sistemática periódica de verificação da regularidade da documentação desses imóveis, com relação aos pagamentos de ITR pelo proprietário. Foi informado que está em fase de implantação o “Portal do Arrendador”, o qual vai facilitar a gestão dessa informação.</p> <p>Assim, foi emitida essa OBS para avaliar a implementação e efetividade de tal ferramenta no sentido de garantir a regularidade das áreas arrendadas com relação aos pagamentos de ITR.</p> <p>Salienta-se que na amostragem de fazendas selecionadas, durante a auditoria, não foi evidenciada a existência de débitos.</p>			
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):			
Verificação da documentação dos imóveis; Apresentação do sistema de gestão da documentação fundiária; Entrevistas com colaboradores.			
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>			
Ação Imediata (quando aplicável)			
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:			
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)			
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Ação corretiva	Setor/Cargo Responsável	Prazo
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:		
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
Evidência de implementação da ação			

corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2022-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão 14789:2012, indicador 2.3.e
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>A organização atualizou o checklist diário de verificação das máquinas e realizou treinamentos com a equipe de colheita sobre o preenchimento, conforme registros fotográficos e lista de presença assinadas. Esse checklist está dividido em duas listagens, para as quais se identificados desvios considera-se “Equipamento Interditado” ou “Manutenção Programada”. Apesar disso, o checklist diário das máquinas também é realizado pelas EPS de colheita, logística (carregamento) e silvicultura, e nas entrevistas foi constatada dificuldade na interpretação dessa diferença por alguns colaboradores, sendo conveniente que o EMF amplie tal treinamento para as EPS que realizam atividades mecanizadas.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>Entrevistas com colaboradores; Checklist diário de verificação de máquinas; verificação de registros de treinamento.</p>	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	

Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Ação corretiva	Setor/Cargo Responsável	Prazo
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão:		
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):		
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)			
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)			
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)		

Constatação Número: 2022-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
Prazo para apresentação do plano de ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
NC/OM emitida para a seguinte UMF (quando mais de uma UMF):	
Padrão e Indicador:	Padrão 14789:2012, indicador 5.1.b
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <p>Durante a auditoria na Fazenda São José IV, foi verificada a deposição de toras deixadas pela colheita há cerca de três meses nas margens de uma estrada municipal, comprometendo a segurança na passagem de veículos. Esta ocorrência, seus possíveis riscos, assim como medidas preventivas/mitigadoras a serem tomadas pela operação não estão previstas no Procedimento de Colheita de Madeira (PO.01.04.0011, revisão 0, de</p>	

<p>12/05/2022) e na Matriz de Impactos Sociais (LT.26.01.0005, de 2022). Ademais, a empresa apresentou o <i>Diálogo Operacional - DO</i> realizado com a comunidade antes da atividade de colheita nessa fazenda e o <i>Monitoramento Pré e Pós Operação S1BP-São José IV</i> os quais também não apontam tal potencial impacto da operação.</p>			
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; procedimento de Colheita de Madeira (PO.01.04.0011, revisão 0, de 12/05/2022); Matriz de Impactos Sociais (LT.26.01.0005, de 2022); <i>Diálogo Operacional – DO</i>; <i>Monitoramento Pré e Pós Operação S1BP-São José IV</i>.</p>			
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>			
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>			
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>			
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>			
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Ação corretiva</p>	<p>Setor/Cargo Responsável</p>	<p>Prazo</p>
<p>Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Aceito</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão:</p>		
<p>Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)</p>	<p><input type="checkbox"/> Pré-condição para (re)certificação</p> <p><input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (supervisão ou recertificação)</p> <p><input type="checkbox"/> Resposta é opcional (apenas Oportunidade de Melhoria)</p> <p><input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):</p>		
<p>Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)</p>			
<p>Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)</p>			
<p>Situação atual da NC/OM:</p>	<p><input type="checkbox"/> Fechada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)</p>		

4. COMENTÁRIO DE PARTES INTERESSADAS

De acordo com os protocolos da Sysflor, a consulta às principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. A consulta foi realizada antes, durante e após a avaliação. O objetivo desta consulta é solicitar informações às partes interessadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo florestal desenvolvido pelo EMF relativos aos padrões de certificação aplicáveis, assim como sobre a natureza da interação entre o empreendimento e as comunidades vizinhas.

4.1. Grupo de Partes Interessadas Consultadas

Os grupos de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base em uma lista das partes interessadas desenvolvida pelo EMF, em conjunto com outras partes identificadas por meio de outras fontes. Esses grupos consultados como parte da avaliação, podem incluir a gerência e os colaboradores do EMF, consultores florestais, empresas prestadoras de serviço, arrendadores, vizinhos confrontantes, organizações de interesse social e cívico locais e regionais, compradores das toras que são colhidas na UMF, membros e/ou representantes de tribos, organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais, grupos e organizações de indústria florestal, bem como, pessoal de agências reguladoras locais, estaduais e federais, comunidades locais e outros grupos relevantes. As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários a respeito do manejo florestal desenvolvido pelo EMF, com base nos requisitos do programa Cerflor.

4.2. Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe

O quadro abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação.

<input type="checkbox"/> A SysFlor não recebeu nenhum comentário de partes interessadas como resultado da consulta realizada durante essa auditoria.	
Comentários das Partes Interessadas	Respostas da SysFlor
<p>Foi relatado que o EMF não possui uma sistemática eficiente de prevenção de caças irregulares nas áreas da empresa, em especial nas fazendas Monte Verde e Peão. Mencionou-se que houve contato com a empresa, a partir dos canais oficiais de comunicação, mas que não se obteve resposta quanto a questão levantada.</p>	<p>O EMF possui canais de comunicação com a população, a partir do sistema SISPART (Evidência: Manual de Gestão de Relacionamento MA 26.00.001, de 24/06/2022, Gestão de Ocorrência das Partes Interessadas, de 24/06/2022). Em consulta ao sistema, a partir de reunião com o setor social, não foi constatada qualquer reclamação a respeito de caça irregular nas fazendas indicadas pela parte interessada. Ainda, em reunião com o setor de segurança patrimonial, ficou devidamente demonstrado o procedimento adotado em caso de constatação de caça/incêndio nas áreas do EMF. Para tanto, o EMF possui um setor de “Inteligência Patrimonial”, que atua com a orientação do “PO.35.01.0001 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL FLORESTAL”. No caso, de identificação de atividades de caça na UMF, o procedimento determina as seguintes ações:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÃO IP: Indicação pela equipe de vigilância da necessidade de avaliação e/ou tratativa posterior da ocorrência pela gestão operacional de IP; • ACIONAMENTO POLICIAL: Casos em que as circunstâncias – especialmente uso de arma de fogo – representem risco na abordagem ou exista possibilidade de flagrante delito; • DESMOBILIZAÇÃO: Casos em que a equipe consegue inutilizar/destruir o artefato, impedindo a continuidade do delito (Ex: poleiro, ceva, armadilha); • RECOLHIMENTO: Casos em que não é possível inutilizar/destruir o artefato no local, mas é possível realizar o recolhimento e isto impede a continuidade do delito. Sempre que envolver arma de fogo ou semelhantes (canhão, por exemplo), o recolhimento deve ser feito mediante acionamento ou expressa autorização policial; • OUTROS: Usado para tratativas não previstas nas opções anteriores, devendo ser indicada na descrição); <p>As ocorrências são registradas por meio de “ROIP – Registro de Ocorrências Patrimoniais”. Ao longo de 2021 foram registradas 6 ocorrências de caça na UMF (0,6% em relação ao total de registros) e em 2022 (até agosto) 9 ocorrências (2% em relação ao total de registros).</p>
<p>Foi relatado que o EMF não tem realizado divulgação de vagas de emprego aos moradores do Distrito do Rechan – Itapetininga/SP, apesar de ser uma região com impacto direto das atividades da empresa.</p>	<p>A equipe de auditoria constatou que o EMF faz a divulgação das vagas não sigilosas na comunidade e no seu entorno por meio de comunicação realizada ao líder da associação de moradores, conforme constatado por meio de consulta pública. Em reunião com o setor social da empresa, confirmou-se o envio de ofícios com as informações sobre oportunidades de emprego para as lideranças das comunidades. Ainda, em entrevista com o setor de Recursos Humanos e com o setor de Comunicação, demonstrou-se o procedimento de divulgação de vagas a partir das redes sociais da Suzano, especialmente a partir do Facebook e do site oficial da empresa.</p>
<p>Foi relatado que o EMF não tem seguido o planejamento anual para corte de madeira repassado para a APIS – Associação dos Apicultores de Itapetininga e da Região Sul do Estado de São Paulo, fazendo com que as caixas de abelha tenham que ser retiradas num curto espaço de tempo, sem espaço certo para realocá-las. Tal situação teria ocorrido nas fazendas de Monte Verde e Peão, Itapetininga/SP.</p>	<p>A equipe de auditoria evidenciou que o EMF possui o procedimento “Gestão de Demandas Sociais – 24/06/2022”, em que estabelece os instrumentos e procedimentos necessários para a operacionalização dos projetos sociais. Ainda, descreve o modelo de gestão de projetos socioambientais “Gestão de Projetos Socioambientais PG26.00.0001”, definindo em seu “Manual de Gestão e Relacionamento – 24/06/2022”, como se estrutura a governança, os processos e as principais ferramentas utilizadas para a gestão de relacionamento da Suzano com as partes interessadas, indicando como se dá o contato com o Programa Colmeias. No “Manual de Gestão do Programa Colmeias – MA.26.00.0003” há a descrição de eventuais cortes antecipados e o procedimento a ser seguido. De acordo com a equipe de desenvolvimento social, a cada ano é feita nova reunião com a APIS para repasse da metodologia de aplicação do projeto. O EMF apresentou ainda, os seguintes documentos, demonstrando a efetiva comunicação entre o projeto e a empresa: a) Envio do Planejamento Anual de Colheita (PAC) – Março.03, b) Envio do PAC – Abril.04, c) Envio do PAC – Maio.05, d) Envio do PAC – Junho.06, e) Ata de reunião com a APIS – 06/22, f) Registro do Supervisor de Silvicultura responsável pela Fazenda Peão – áudio encaminhado via aplicativo de mensagens WhatsApp, g) Registros de</p>

	conversa documentando o aviso quanto a antecipação do corte, datado de 24 de junho de 2022
Foi relatado que um veículo de empresa contratada pela Suzano passa pela comunidade em velocidade acentuada, causando risco de acidentes.	O EMF possui procedimento específico para recebimento de demandas atinentes aos impactos gerados pelas operações realizadas, incluso a questão dos transportes quando estes perpassam locais de uso público. Esse procedimento está instrumentalizado no SISPART, responsável pela Gestão das Partes Interessadas (Gestão de Ocorrências de Partes Interessadas, PO.26.00.0001 e Manual de Gestão e Relacionamento MA.26.00.0001). Este sistema implementado pela empresa é atualizado diariamente, a partir das demandas que chegam para a equipe a partir dos canais institucionalizados de diálogo. As ocorrências são alimentadas no sistema, incluindo a documentação associada; há a avaliação da demanda e na sequência indicativos de solução das ocorrências de forma consistente. A partir do SISPART, o EMF toma conhecimento dos principais problemas, impactos e áreas demandadas de forma integrada a base de dados da comunidade. O SISPART coleta as ocorrências e sistematiza em planilhas que contém as seguintes informações: nº da ocorrência, data de registro, status, atividade atual, responsável pela atividade, tipo de mensagem, canal de comunicação, área de interesse, classificação, descrição, requerente, regional, cidade, bairro, resposta, data da resposta. Em reunião realizada com a equipe Social, responsável pela alimentação do SISPART, foram analisadas algumas ocorrências entre DEZ/2021 e AGO/2022, sendo solicitada a inserção do critério “transporte” para a pesquisa, constatando-se que a empresa tem mantido um canal ativo e documentado quanto às demandas recebidas, bem como oferecendo resposta em prazo razoável. Indica-se, ainda, que não havia registro de reclamações a respeito de veículos de empresa contratada pela Suzano passando pela comunidade em velocidade acentuada.

5. MUDANÇAS NO SISTEMA DE GESTÃO

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
<input type="checkbox"/>	Foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
Descreva as mudanças identificadas:	
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera não são significativas.
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera são significativas. Dessa forma, recomenda-se que seja realizada uma auditoria especial ou uma auditoria fase 1 (caso a próxima auditoria programada seja uma recertificação).

6. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS

<input type="checkbox"/> Não houve alteração no escopo da certificação desde a última avaliação.
<input checked="" type="checkbox"/> Houve alteração no escopo da certificação desde a última avaliação, as quais estão destacadas em amarelo nos itens a seguir.

6.1. Informações gerais do empreendimento e contatos

Nome do empreendimento	Suzano S.A. – Unidade de São Paulo
Endereço	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – do 7º andar, Bairro Pinheiros, CEP 01452-919, São Paulo, Brasil.
Website	www.suzano.com.br
Histórico do empreendimento	A Suzano constitui-se como uma sociedade anônima, de capital aberto, controlada pela empresa Suzano Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Sua base acionária encontra-se pulverizada pelos principais mercados de capitais do mundo (43% de free float). A empresa é resultado da fusão, concluída em 14 de janeiro de 2019, das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A. De modo integrado, a empresa atua há mais de 97 anos no setor de base florestal e na produção de celulose, papel e produtos gráficos. O empreendimento destaca-se como o maior produtor global de celulose de fibra curta de eucalipto e como um dos 10 maiores produtores de celulose do mundo.
Responsável pela certificação	Marcelo Gomes da Silva Pereira
E-mail	marcelo.pereira@suzano.com.br
Responsável pelo manejo	Marcelo Gomes da Silva Pereira
E-mail	marcelo.pereira@suzano.com.br

6.2. Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF-múltipla (ou multi-site)	<input type="checkbox"/> Grupo
Número de Membros do Grupo (se aplicável)	-		
Número de UMFs no escopo do certificado	-		
Localização Geográfica das UMFs	<i>Latitude</i>	21°51'59.3 S	<i>Longitude</i> 48°00'51.6" W
Área florestal total (ha) no escopo da certificação classificada como:			
Manejo privado	348.341,17		
Manejo estatal	-		
Manejo comunitário	-		
Área florestal total (ha) no escopo da certificação	348.341,17		

Área (ha), com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	120.294,37
Divisão da UMF em unidades manejáveis:	
A Unidade de Manejo Florestal corresponde às florestas de eucaliptos da Suzano S.A, Unidade de Negócios Florestais de São Paulo – UNF/SP, está dividida em núcleos regionais, com administração específica. Os núcleos são compostos por diversas fazendas, que por sua vez, são divididas em áreas menores, denominados de UP (Unidades de Produção).	

6.2.1. Lista das propriedades no escopo de certificação

Nome Fazenda	Município – Estado	Área Produtiva (ha)	Área de conservação (ha)	Infraestrutura (ha)	Área Total (ha)
Independência	RESENDE RJ	158,52	60,06	15,57	234,15
Monte Alegre	RESENDE RJ	341,25	172,72	47,50	561,47
São Pedro III	RESENDE RJ	123,24	50,03	12,17	185,44
Caximonan	RESENDE RJ	90,51	68,10	9,71	168,32
Santana II	BARRA MANSA RJ	216,61	87,17	16,18	319,96
Karacy	SAPUCAÍ-MIRIM MG	593,15	1.061,35	46,69	1.701,19
Nova Esperança	CRUZÍLIA MG	122,38	92,11	9,55	224,04
Cafundó do Meio	CRUZÍLIA MG	76,38	47,79	9,00	133,17
Placas	ANDRELÂNDIA MG	74,65	25,93	4,17	104,75
Pio	ANDRELÂNDIA MG	52,67	13,65	2,22	68,54
Taquaral	ANDRELÂNDIA MG	47,00	69,99	2,63	119,62
Bela Cruz	CRUZÍLIA MG	803,61	585,22	55,32	1.444,15
Colibri	CRUZÍLIA MG	111,86	205,08	9,23	326,17
Catitu	CARRANCAS MG	423,43	250,05	21,55	695,03
Barreiro	CARRANCAS/LUMINÁRIAS MG	1.404,90	700,23	42,29	2.147,42
São Lourenço	SALESÓPOLIS SP	56,26	32,43	7,57	96,26
Pedra Branca	MOGI DAS CRUZES SP	506,26	762,17	129,28	1.397,71
Pedro Thiago	MOGI DAS CRUZES SP	17,11	24,06	1,58	42,75
Arco Verde	SÃO LUÍS DO PARAITINGA SP	219,02	133,19	22,92	375,13
Cachoeirinha	SÃO LUÍS DO PARAITINGA SP	1.185,46	351,69	102,76	1.639,91
Itapanháú	BIRITIBA-MIRIM SP	656,26	597,51	120,39	1.374,16
Pedra Da Forquilha	BIRITIBA-MIRIM SP	91,82	232,07	19,35	343,24
São Manoel	BERTIOGA/M. DAS CRUZES SP	0,00	735,17	21,40	756,57
Capanhão	BIRITIBA-MIRIM SP	237,42	1.020,66	56,96	1.315,04
Casa Verde	BIRITIBA-MIRIM SP	158,43	432,94	62,16	653,53
Rio Claro	BIRITIBA-MIRIM SP	62,66	53,77	13,62	130,05
Sertão Dos Pretos	BIRITIBA-MIRIM SP	43,38	23,90	6,47	73,75
Velha	BIRITIBA-MIRIM SP	22,67	93,91	5,01	121,59
Putim	GUARAREMA/SANTA BRANCA SP	246,52	236,81	2,69	486,02

Bandeirantes	MOGI DAS CRUZES	SP	23,65	92,22	5,86	121,73
Alegre	PARAIBUNA	SP	685,21	413,65	96,67	1.195,53
Das Antas	PARAIBUNA	SP	1.725,91	1.047,62	176,09	2.949,62
São Benedito	PARAIBUNA	SP	91,08	51,23	7,65	149,96
Dos Remédios	PARAIBUNA	SP	33,59	50,65	5,09	89,33
Nossa Senhora Da Conceição	SALESÓPOLIS	SP	251,17	215,37	56,62	523,16
Ribeirão Grande	SALESÓPOLIS	SP	401,98	351,73	54,88	808,59
Ribeirão Do Pote	SALESÓPOLIS	SP	81,18	40,74	11,38	133,30
Serra Contendas	SALESÓPOLIS	SP	207,48	190,44	15,52	413,44
Cinco Nascentes	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	39,16	213,66	4,35	257,17
Jaguari	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	129,53	63,82	17,37	210,72
Lavras	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	423,38	714,02	75,07	1.212,47
Montes Claros	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	793,95	1.765,28	123,43	2.682,66
Nepomuceno	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	19,09	22,46	2,07	43,62
Rio Do Peixe	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	63,46	115,35	7,37	186,18
Theodoro	SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	SP	421,75	303,19	42,77	767,71
Vista Verde	SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	SP	61,60	39,85	8,51	109,96
Campo Grande	SUZANO	SP	439,95	428,23	171,93	1.040,11
Guará	LORENA	SP	0,00	516,40	0,00	516,40
Marilena	BIRITIBA-MIRIM	SP	197,65	138,97	29,05	365,67
São Silvestre II	JACARÉ	SP	49,77	35,29	4,72	89,78
Santa Cruz II	NATIVIDADE DA SERRA	SP	223,62	111,88	26,49	361,99
Santa Laura	GUARAREMA/JACARÉ	SP	105,71	167,52	20,73	293,96
Cobras	JACARÉ	SP	76,08	70,57	41,80	188,45
Vagalume	JACARÉ/GUARAREMA	SP	130,00	109,48	33,70	273,18
Capixaba	JACARÉ	SP	56,51	44,60	11,20	112,31
Santa Cruz III	JACARÉ	SP	20,38	19,36	15,19	54,93
Barra Limpa	PARAIBUNA/SANTA BRANCA	SP	190,25	105,02	22,53	317,80
Beira Rio	NATIVIDADE DA SERRA	SP	219,89	226,69	25,56	472,14
São Simão	BERTIOGA	SP	0,00	670,11	32,50	702,61
Tietê	BIRITIBA-MIRIM	SP	52,93	33,91	4,20	91,04
Pena	GUARAREMA	SP	26,98	5,97	2,35	35,30
São Pedro II	GUARAREMA	SP	195,44	98,89	21,79	316,12
Santa Rita IV	GUARAREMA	SP	133,66	289,03	18,45	441,14
Santa Fé II	GUARAREMA	SP	70,32	82,77	14,22	167,31
São José V	GUARAREMA	SP	39,09	12,08	3,50	54,67
São Carlos	GUARAREMA	SP	299,91	83,08	32,51	415,50
Banco	GUARAREMA	SP	526,93	197,15	51,17	775,25
Santa Branca	SANTA BRANCA	SP	321,23	186,89	36,56	544,68
Rogemar	GUARAREMA	SP	153,14	167,21	34,40	354,75
São José IV	SANTA BRANCA	SP	188,67	115,59	22,18	326,44
Patizal do Vale Feliz	PARAIBUNA	SP	96,22	76,79	10,51	183,52

São Joaquim	SANTA BRANCA	SP	865,57	166,62	68,35	1.100,54
Bela Vista III	SANTA BRANCA	SP	208,52	121,74	23,22	353,48
São José Boa Esperança	NATIVIDADE DA SERRA	SP	63,67	76,28	5,56	145,51
Sao Judas Tadeu	NATIVIDADE DA SERRA	SP	192,50	323,47	20,95	536,92
Urutay	PARAIBUNA	SP	82,08	55,22	9,38	146,68
Taboão	SANTA BRANCA	SP	242,66	271,57	31,84	546,07
São Gabriel	NATIVIDADE DA SERRA	SP	0,00	247,87	6,67	254,54
São Silvestre	GUARAREMA/JACAREÍ	SP	95,60	70,12	115,04	280,76
Santa Elisa	REDENÇÃO DA SERRA	SP	213,13	96,48	24,03	333,64
Três Estrelas	REDENÇÃO DA SERRA	SP	159,77	61,24	18,55	239,56
São Domingos	JAMBEIRO	SP	252,22	119,10	31,08	402,40
Sertãozinho II	SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	SP	198,93	106,90	19,45	325,28
Espirito Santo	JAMBEIRO	SP	80,91	90,29	12,94	184,14
Água Branca	REDENÇÃO DA SERRA	SP	68,76	26,85	8,70	104,31
São Benedito IV	JACAREÍ	SP	60,84	72,36	11,39	144,59
Retorno	JACAREÍ	SP	32,89	24,76	3,13	60,78
Angola	JACAREÍ	SP	111,66	32,60	23,60	167,86
Santa Sé	JACAREÍ	SP	21,32	14,84	3,79	39,95
Santo Antonio III	JACAREÍ	SP	32,75	38,50	4,33	75,58
Santa Terezinha VI	JACAREÍ	SP	38,40	22,99	4,86	66,25
Lagoinha	NATIVIDADE DA SERRA	SP	53,64	84,48	7,48	145,60
Pinheiral	NATIVIDADE DA SERRA	SP	39,33	33,28	5,55	78,16
Santa Terezinha V	JACAREÍ	SP	95,03	92,27	8,60	195,90
Nossa Senhora Aparecida II	NATIVIDADE DA SERRA	SP	0,00	206,84	1,46	208,30
Jataí	JAMBEIRO	SP	79,50	80,12	8,17	167,79
Recreio do Pinheiro	NATIVIDADE DA SERRA	SP	59,94	50,73	5,02	115,69
São Sebastião III	JACAREÍ	SP	73,53	24,99	7,61	106,13
Vitória	JACAREÍ	SP	50,99	30,69	5,95	87,63
São José III	NATIVIDADE DA SERRA/SÃO L. DO P.	SP	144,33	95,65	12,76	252,74
São Miguel	NATIVIDADE DA SERRA	SP	179,19	186,90	20,78	386,87
São Benedito III	NATIVIDADE DA SERRA	SP	102,30	190,28	15,36	307,94
Nevada	NATIVIDADE DA SERRA	SP	61,95	93,60	7,42	162,97
Itamirim	JACAREÍ	SP	51,24	54,63	6,47	112,34
Sítio Alaor	JACAREÍ	SP	0,00	0,00	8,87	8,87
Abraão	JAMBEIRO	SP	52,58	40,73	4,45	97,76
Varadouro	JAMBEIRO	SP	19,84	42,08	22,99	84,91
Lampião	JAMBEIRO	SP	49,96	55,66	3,77	109,39
Santo Antonio Varadouro	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	350,90	219,21	56,00	626,11
Vale dos Sonhos	REDENÇÃO DA SERRA	SP	69,07	67,65	6,36	143,08
São Francisco II	REDENÇÃO DA SERRA	SP	86,26	36,93	5,44	128,63
São João	JAMBEIRO	SP	266,72	99,68	38,21	404,61
São José II	SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA	SP	511,53	233,94	78,69	824,16

Santa Clara III	TAUBATÉ	SP	91,48	64,03	6,71	162,22
Nossa Senhora d' Ajuda	CAÇAPAVA/TAUBATÉ	SP	280,84	56,33	22,69	359,86
São João II	IGARATÁ	SP	58,42	35,89	4,18	98,49
Conceição I	TAUBATÉ	SP	290,51	94,52	40,85	425,88
Gaspar	CAÇAPAVA	SP	549,48	221,08	94,16	864,72
Luiza Miranda	TAUBATÉ	SP	138,06	61,98	21,51	221,55
Una	TAUBATÉ	SP	277,91	190,65	24,87	493,43
Santa	TAUBATÉ	SP	251,11	182,90	21,95	455,96
Santa Cruz I	REDENÇÃO DA SERRA/JAMBEIRO	SP	935,11	555,19	96,37	1.586,67
Santa Cruz dos Coqueiros	REDENÇÃO DA SERRA	SP	208,63	181,04	30,93	420,60
Rio Das Cobras	IGARATÁ	SP	215,93	147,42	17,92	381,27
Serrote II	JAMBEIRO	SP	84,30	66,00	20,41	170,71
Cava Grande	REDENÇÃO DA SERRA	SP	298,47	142,60	28,78	469,85
Do Tanque	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	127,90	176,11	10,96	314,97
Santa Cecilia	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	61,05	50,29	7,01	118,35
Francos	GUARAREMA	SP	228,17	105,37	32,61	366,15
Jardim da Dinda	JAMBEIRO	SP	65,15	61,75	15,55	142,45
Santa Cruz do Sertãozinho	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	88,66	53,92	6,85	149,43
Rosa Helena	IGARATÁ	SP	144,78	106,55	15,21	266,54
Calipso	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	143,74	83,89	14,43	242,06
Bonfim	CAÇAPAVA	SP	413,07	550,72	94,50	1.058,29
Pio X	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	101,68	36,05	2,47	140,20
Quilombo	TAUBATÉ	SP	296,96	238,50	32,42	567,88
Santa Marta	IGARATÁ	SP	89,75	59,09	10,86	159,70
Santo Antonio VI	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	SP	44,46	27,39	2,99	74,84
Panda	IGARATÁ	SP	51,96	49,14	7,08	108,18
Caieiras	TAUBATÉ	SP	102,07	160,84	14,86	277,77
Barro Branco	IGARATÁ	SP	26,99	20,29	2,06	49,34
Nossa Senhora da Gloria	CAÇAPAVA	SP	247,60	326,72	35,65	609,97
Morro Azul	IGARATÁ	SP	422,02	377,28	42,68	841,98
São José I	CAÇAPAVA	SP	179,69	118,64	18,94	317,27
Modelo	CAÇAPAVA	SP	184,16	45,21	7,61	236,98
Santa Terezinha I	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	503,87	429,11	33,99	966,97
Santa Matilde	PINDAMONHANGABA	SP	71,60	50,04	10,19	131,83
Candongá	GUARATINGUETÁ	SP	31,18	69,46	3,64	104,28
Jambeiro	PINDAMONHANGABA	SP	181,63	49,86	32,23	263,72
Espirito Santo	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	210,49	294,67	24,14	529,30
Novela	GUARATINGUETÁ	SP	63,70	39,22	2,72	105,64
Cordeiro	GUARATINGUETÁ	SP	70,92	53,89	7,51	132,32
São José VII	TREMEMBÉ	SP	79,66	144,47	9,22	233,35
Tanque Verde	TREMEMBÉ	SP	148,61	66,77	15,90	231,28
Reino	ROSEIRA	SP	256,60	302,03	82,70	641,33

Sete Voltas	TAUBATÉ	SP	171,42	286,03	16,78	474,23
Hercília / Mascarenhas	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	514,98	332,90	59,94	907,82
Invernada Bugio	PIRACAIA	SP	295,90	317,66	40,39	653,95
Kobayashi	CAÇAPAVA	SP	98,89	25,58	6,78	131,25
Santa Terezinha II	CAÇAPAVA	SP	101,09	31,19	16,84	149,12
Do Sertão	TAUBATÉ	SP	86,27	108,37	5,56	200,20
São Lourenço	CAÇAPAVA	SP	172,12	58,61	14,28	245,01
Rio Claro	CAÇAPAVA	SP	92,42	101,72	8,86	203,00
Três Marias	PINDAMONHANGABA	SP	205,02	117,87	27,88	350,77
Nossa Senhora de Lourdes II	PINDAMONHANGABA	SP	188,16	146,65	13,00	347,81
Balaeiro	CUNHA	SP	64,97	30,93	9,14	105,04
Ribeirão do Meio	GUARATINGUETÁ	SP	38,63	30,64	4,78	74,05
Picapau Amarelo	MONTEIRO LOBATO	SP	124,20	165,24	19,32	308,76
Esperança	GUARATINGUETÁ	SP	40,24	70,88	5,71	116,83
Montanha	GUARATINGUETÁ	SP	71,58	66,74	7,95	146,27
Santa Terezinha IV	GUARATINGUETÁ	SP	131,78	135,32	11,74	278,84
Campos do Pinhão	PINDAMONHANGABA	SP	94,14	39,73	7,96	141,83
Leopoldina	GUARATINGUETÁ	SP	34,22	21,38	2,13	57,73
São José do Tanque	PINDAMONHANGABA	SP	196,96	189,82	48,66	435,44
Flor Branca	GUARATINGUETÁ	SP	109,09	88,28	24,30	221,67
São Luiz	MONTEIRO LOBATO	SP	145,23	145,83	26,76	317,82
Santa Rita V	GUARATINGUETÁ	SP	356,66	546,20	29,47	932,33
Baronesa	PINDAMONHANGABA	SP	769,44	797,01	60,36	1.626,81
Santa Rita VI	GUARATINGUETÁ	SP	38,96	59,44	7,55	105,95
Pinheirinho II	GUARATINGUETÁ	SP	59,63	58,56	4,16	122,35
São José IX	LORENA	SP	92,58	81,84	6,59	181,01
Ronco	LORENA	SP	36,40	44,07	8,27	88,74
Marambaia	GUARATINGUETÁ	SP	100,01	88,16	21,32	209,49
São José VIII	LORENA	SP	107,47	117,78	17,16	242,41
Americana	GUARATINGUETÁ	SP	127,84	71,02	31,21	230,07
Sertãozinho III	PINDAMONHANGABA	SP	84,08	52,93	5,09	142,10
Cachoeira	GUARATINGUETÁ	SP	46,56	42,80	5,76	95,12
Campo Alegre	TREMEMBÉ	SP	182,33	116,80	27,72	326,85
João da Silva	APARECIDA	SP	14,43	8,87	1,12	24,42
Várzea do Tanque	CUNHA	SP	173,89	90,25	17,72	281,86
Palmeiras II	APARECIDA	SP	127,88	87,21	18,36	233,45
Vida Nova	CUNHA	SP	71,09	51,73	10,65	133,47
Banharão	CUNHA	SP	193,25	165,97	14,85	374,07
Comprida	CUNHA	SP	183,32	113,39	19,16	315,87
Sítio Salão	CUNHA	SP	21,38	35,56	3,34	60,28
São Benedito II	CUNHA	SP	29,29	12,56	2,25	44,10
Santo Antonio I	GUARATINGUETÁ	SP	80,73	130,79	17,91	229,43

São Benedito do Paraitinga	CUNHA	SP	25,13	10,69	2,15	37,97
Roque Mota	CUNHA	SP	27,41	14,07	2,78	44,26
Daniela	GUARATINGUETÁ	SP	67,96	115,12	10,52	193,60
Santa Rita do Pinheiro	GUARATINGUETÁ	SP	8,54	68,85	0,42	77,81
Santa Maria V	GUARATINGUETÁ	SP	69,98	125,08	13,06	208,12
Vila Rica	PINDAMONHANGABA	SP	76,63	124,42	11,06	212,11
Santa Edwiges	LORENA/GUARATINGUETÁ	SP	633,36	598,77	55,77	1.287,90
São José dos Coqueiros	LORENA	SP	60,98	38,86	2,84	102,68
Gonçalo	GUARATINGUETÁ	SP	90,13	123,05	48,73	261,91
São Sebastião	SILVEIRAS	SP	378,36	322,37	69,04	769,77
Capuava	CRUZEIRO	SP	67,22	61,13	23,73	152,08
Santo Antonio V	CACHOEIRA PAULISTA	SP	102,64	34,35	18,22	155,21
Aliança	PIQUETE	SP	140,03	100,54	26,45	267,02
Santa Terezinha III	AREIAS/SILVEIRAS	SP	113,60	126,93	22,16	262,69
Conceição II	AREIAS/SILVEIRAS	SP	155,78	81,56	7,78	245,12
Chalé Azul	LAVRINHAS	SP	230,62	90,58	18,00	339,20
Santa Maria IV	AREIAS	SP	72,50	50,85	5,01	128,36
JR	LAVRINHAS	SP	161,67	153,13	11,18	325,98
Do Rosario	LORENA	SP	185,36	209,09	14,33	408,78
Mato Dentro	CACHOEIRA PAULISTA/LORENA	SP	93,55	254,06	10,86	358,47
Velha II	LORENA/GUARATINGUETÁ	SP	142,90	49,44	34,40	226,74
Boa Esperança	LORENA	SP	202,68	230,01	22,07	454,76
Chumbo Grosso	GUARATINGUETÁ	SP	70,29	63,67	3,78	137,74
Santa Lúcia II	CACHOEIRA PAULISTA	SP	56,06	35,26	2,42	93,74
Serra do Mato Dentro	CACHOEIRA PAULISTA	SP	26,56	17,69	2,24	46,49
Santo Antonio IV	CANAS	SP	228,28	149,55	20,12	397,95
Riacho Fundo	CANAS/LORENA	SP	64,72	54,65	8,39	127,76
Figueira	CANAS	SP	102,13	36,48	7,31	145,92
São Sebastião do Rib Grande	PINDAMONHANGABA	SP	0,00	1.589,47	28,03	1.617,50
Santo Antonio VIII	CACHOEIRA PAULISTA	SP	152,08	76,23	17,29	245,60
Porto do Meira	GUARATINGUETÁ	SP	209,48	107,08	23,88	340,44
Humaitá	SILVEIRAS	SP	97,00	84,41	12,17	193,58
São Francisco	AREIAS	SP	39,93	24,33	6,00	70,26
Lago Azul	LORENA	SP	109,26	36,20	12,30	157,76
Santa Rosa	AREIAS	SP	63,06	59,53	7,28	129,87
Botelhos	AREIAS	SP	204,11	107,43	28,17	339,71
São Benedito	SILVEIRAS	SP	121,13	113,75	11,70	246,58
Rodeio	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	SP	49,98	59,53	5,50	115,01
Santa Júlia I	CACHOEIRA PAULISTA	SP	46,10	27,78	9,13	83,01
Granja Clarim	CACHOEIRA PAULISTA/CRUZEIRO	SP	23,04	25,92	6,56	55,52
Guarujá	LORENA	SP	126,37	189,06	25,39	340,82

Santa Júlia II	CRUZEIRO	SP	69,97	56,90	13,24	140,11
Campo Novo	QUELUZ	SP	63,07	33,53	37,72	134,32
Santa Maria III	QUELUZ	SP	39,58	13,32	1,94	54,84
Passa Vinte II	CRUZEIRO	SP	24,53	19,65	3,33	47,51
São Roque II	QUELUZ	SP	55,13	20,16	7,15	82,44
Passa Vinte	CRUZEIRO	SP	56,48	36,02	3,82	96,32
Palmeiras I	QUELUZ	SP	434,25	188,98	61,35	684,58
Recreio	LAVRINHAS/QUELUZ	SP	146,22	146,05	16,28	308,55
Salto II	CRUZEIRO	SP	67,71	148,60	8,29	224,60
Santa Rosa	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	1.251,65	417,41	104,86	1.773,92
Toledo	PILAR DO SUL	SP	130,97	173,64	15,05	319,66
São Rafael	BURI	SP	407,21	422,84	44,41	874,46
Boa Vista II	CAPÃO BONITO	SP	215,54	172,49	23,35	411,38
Início	ITAPETININGA	SP	185,48	158,90	25,72	370,10
Nossa Senhora De Lourdes	ITAPETININGA	SP	296,04	171,93	25,18	493,15
Sequência	ITAPETININGA	SP	239,23	184,13	32,67	456,03
Eldorado GU	ANGATUBA	SP	70,39	128,07	36,06	234,52
Santo Antônio Das Corujas	ANGATUBA	SP	336,12	200,95	34,28	571,35
Echaporã	CAPÃO BONITO	SP	494,53	270,19	33,36	798,08
Guapanema	CAPÃO BONITO	SP	694,21	396,36	77,44	1.168,01
São Francisco	CAPÃO BONITO	SP	116,71	86,07	1,72	204,50
Daisy	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	SP	307,42	239,04	32,19	578,65
Adelaide	ITAPETININGA	SP	188,45	169,14	31,55	389,14
Bela Vista	CRUZEIRO	SP	90,31	61,62	7,35	159,28
Campo Largo	ITAPETININGA	SP	210,31	141,84	9,78	361,93
Contínua	ITAPETININGA	SP	174,34	118,47	12,80	305,61
Chamalote	ITAPETININGA	SP	189,63	175,87	19,23	384,73
Pau Dalho	ITAPETININGA	SP	104,62	83,52	29,97	218,11
Santa Rita	ITAPETININGA	SP	484,46	212,37	60,20	757,03
Santa Rita	PARANAPANEMA	SP	1.390,46	16,57	41,37	1.448,40
Santa Rita III	ALAMBARI	SP	221,18	125,67	30,20	377,05
Boa Vista/Santa Elisa	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	2.054,92	440,20	66,19	2.561,31
Paineiras	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	778,94	157,90	53,97	990,81
Siomi	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	374,16	105,75	29,01	508,92
Vale Verde	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	0,00	300,98	0,00	300,98
São Miguel	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	793,60	285,64	94,43	1.173,67
Lavrinhas	PILAR DO SUL	SP	78,18	12,24	5,87	96,29
Lavrinhas	CAPÃO BONITO	SP	437,64	202,55	68,83	709,02
Sítio Floresta	PILAR DO SUL	SP	112,31	74,98	10,82	198,11
Três Poderes	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	629,41	215,29	51,34	896,04
São Bento	ITAPETININGA	SP	461,22	159,65	38,30	659,17
Tijuco	CAPÃO BONITO	SP	921,00	948,43	91,77	1.961,20

Grupo	CAPÃO BONITO	SP	716,56	219,67	90,97	1.027,20
Silo	CAPÃO BONITO	SP	863,16	307,64	78,23	1.249,03
Campo de Pouso	CAPÃO BONITO	SP	845,17	245,50	14,68	1.105,35
Inglês	CAPÃO BONITO	SP	709,68	264,47	50,93	1.025,08
Santo Antonio VII	CAPÃO BONITO	SP	172,55	51,67	16,47	240,69
Valinhos	CAPÃO BONITO	SP	943,93	243,17	41,48	1.228,58
Cemiterinho	CAPÃO BONITO	SP	1.007,61	289,02	45,38	1.342,01
São Roque	BURI/CAPÃO BONITO	SP	967,71	213,74	81,30	1.262,75
Mangueirinha	BURI/CAPÃO BONITO	SP	1.166,31	400,85	68,38	1.635,54
Jutaro	PILAR DO SUL	SP	213,02	66,57	15,67	295,26
São Roque I	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	890,50	250,17	75,41	1.216,08
São Roque II	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	97,10	72,73	10,63	180,46
Guararema	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	69,60	14,84	3,48	87,92
Massayoshi Tanabe	PILAR DO SUL	SP	71,12	21,41	47,62	140,15
Brumado	PILAR DO SUL	SP	1.138,23	1.270,19	156,10	2.564,52
Issamu Tanabe	PILAR DO SUL	SP	82,34	23,60	10,78	116,72
Paraíso	ITAPETININGA	SP	123,60	36,16	262,22	421,98
Pilar/Pombal	PILAR DO SUL	SP	704,87	263,50	106,15	1.074,52
Santa Amália	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	671,81	479,64	40,46	1.191,91
Retiro	CAPÃO BONITO	SP	1.191,39	233,42	92,32	1.517,13
Capão Alto	CAPÃO BONITO	SP	760,94	212,98	42,68	1.016,60
Paineira	CAPÃO BONITO	SP	176,90	41,50	14,48	232,88
Água Branca	CAPÃO BONITO	SP	1.075,98	288,91	62,59	1.427,48
Suina	CAPÃO BONITO	SP	593,87	1.000,18	51,76	1.645,81
Copa	CAPÃO BONITO	SP	59,12	14,56	3,37	77,05
Deserto	CAPÃO BONITO	SP	795,11	515,48	77,83	1.388,42
Praíha	CAPÃO BONITO	SP	485,44	210,93	18,55	714,92
Maringá	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	143,07	129,00	17,43	289,50
Pintada	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	316,47	312,61	48,62	677,70
Sede Velha	CAPÃO BONITO	SP	797,77	152,28	23,72	973,77
Cruz de Ferro	CAPÃO BONITO	SP	797,41	402,44	94,75	1.294,60
Planalto	CAPÃO BONITO	SP	328,43	62,11	52,31	442,85
Correas	CAPÃO BONITO	SP	473,94	300,08	108,47	882,49
Paranapanema	CAPÃO BONITO	SP	1.004,15	378,47	48,24	1.430,86
Torre	CAPÃO BONITO	SP	1.152,97	469,76	57,19	1.679,92
Santa Dolores	BURI	SP	631,83	203,36	40,17	875,36
Açude do Lobo	BURI	SP	1.084,16	447,38	51,91	1.583,45
Rancho	BURI	SP	963,29	581,98	145,48	1.690,75
Mangue Seco(Bom Retiro)	ITAPETININGA	SP	158,80	174,20	35,57	368,57
Porto (Bom Retiro)	ITAPETININGA	SP	100,83	92,09	5,02	197,94
Banhadinho	ITAPETININGA	SP	1.008,13	677,37	87,25	1.772,75
Peão	CAMPINA DO M. ALEGRE/ITAPET.	SP	1.235,87	1.671,12	109,06	3.016,05

Fazenda Velha	ITAPETININGA	SP	326,95	488,69	19,43	835,07
Ligiana	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	SP	985,48	153,55	60,36	1.199,39
Pinheiro	ITAPETININGA	SP	578,40	425,84	56,49	1.060,73
Monte Verde	ANGATUBA	SP	596,37	301,81	27,69	925,87
Cesario	ITAPETININGA	SP	642,77	476,14	56,96	1.175,87
Juriti	ITAPETININGA	SP	1.383,99	1.137,12	85,34	2.606,45
Iguaçu	ANGATUBA	SP	69,80	12,12	4,18	86,10
São José VI	ITAPETININGA	SP	195,72	187,59	20,73	404,04
Santa Albana	ITAPETININGA	SP	544,89	442,88	46,32	1.034,09
Santa Ângela I	BOTUCATU	SP	1.109,44	490,55	83,85	1.683,84
São Cristovão Do Lageado	ITATINGA	SP	832,25	429,18	52,26	1.313,69
Pulador	PARDINHO	SP	268,30	41,65	24,13	334,08
Umuarama	ITATINGA	SP	265,15	281,33	22,33	568,81
Capuavinha (Estância Boa Fé)	ANGATUBA	SP	57,46	36,50	5,85	99,81
Santo Inácio	ANGATUBA	SP	557,16	280,00	18,26	855,42
Tijuco Preto	ANGATUBA	SP	62,79	0,01	2,01	64,81
Descalvado	ANHEMBI/PIRACICABA	SP	1.453,46	337,35	14,31	1.805,12
Santa Isabel	ANHEMBI	SP	259,34	94,04	22,49	375,87
Beira Rio	AVARÉ	SP	196,26	118,06	9,58	323,90
Estância São Judas Tadeu	AVARÉ	SP	67,55	7,96	6,76	82,27
Cerrado	BOFETE	SP	554,27	272,83	55,51	882,61
Embaúba	BOTUCATU	SP	548,17	196,64	23,58	768,39
Morrinhos	ITATINGA	SP	726,03	517,76	87,85	1.331,64
Horto Fertiplan	ANGATUBA	SP	246,25	12,16	1,10	259,51
Ariona	ITATINGA	SP	2.884,11	795,41	145,12	3.824,64
Rio Bonito	PORANGABA	SP	234,10	232,31	19,74	486,15
Santa Lúcia	ITATINGA	SP	337,56	66,74	17,58	421,88
Monte Belo	ITATINGA	SP	824,69	158,44	48,61	1.031,74
Tapioca II	ITATINGA	SP	172,10	97,07	7,14	276,31
Saltinho	ITATINGA	SP	370,78	97,08	18,22	486,08
Paredão	ITATINGA	SP	273,39	23,79	29,08	326,26
Califórnia	BOTUCATU	SP	147,85	264,06	9,98	421,89
Indaiá	BOTUCATU	SP	470,50	184,55	34,45	689,50
Guarujá	AVARÉ/ITATINGA	SP	3.565,24	733,82	446,49	4.745,55
Entre Rios	ANGATUBA	SP	5.778,46	2.411,30	316,97	8.506,73
Maria Cristina DX	ITATINGA	SP	616,01	247,68	32,80	896,49
Carangola	ANHEMBI	SP	396,87	140,91	18,31	556,09
Avaré	ITATINGA	SP	141,04	17,54	9,48	168,06
Tamanduá	ITATINGA	SP	246,35	126,41	10,02	382,78
São Pedro da Terra Nova	ITATINGA	SP	307,21	119,17	9,90	436,28
Invernadinha 2	ITATINGA	SP	149,54	22,59	3,83	175,96

Invernadinha I	ITATINGA	SP	157,27	11,42	11,26	179,95
Água Bonita	ITATINGA	SP	1.203,57	455,54	57,41	1.716,52
Horto Cavalinho	ANGATUBA	SP	104,96	50,42	18,66	174,04
Água Fria	GUAPIARA	SP	115,51	120,80	10,39	246,70
Três Pinheiros	ANHEMBI	SP	529,01	237,74	21,30	788,05
Cerrados do Tamanduá	ITATINGA	SP	1.403,66	315,47	42,50	1.761,63
Regina I	ITATINGA	SP	450,15	286,98	20,93	758,06
Barão De Santa Branca	GUARÉ	SP	925,22	596,73	68,30	1.590,25
Tapioca	ITATINGA	SP	620,51	326,28	28,41	975,20
Horto Itatinga	ITATINGA	SP	610,27	1,71	8,94	620,92
Ibiti	ITARARÉ	SP	6.958,05	3.664,85	369,40	10.992,30
Santa Isabel Do Capão Alto	ITARARÉ	SP	3.288,85	2.361,73	272,65	5.923,23
Coimbra	RIBEIRÃO BRANCO	SP	354,12	458,54	31,12	843,78
Apiá Mirim	CAPÃO BONITO	SP	57,53	108,62	3,03	169,18
Esplanada	TAQUARIVAÍ	SP	568,63	218,14	65,22	851,99
Karamacy	ITAPEVA	SP	2.168,62	439,15	191,66	2.799,43
Guarizinho	ITAPEVA	SP	174,71	12,40	8,68	195,79
Campina	ITAÍ	SP	836,66	163,79	32,40	1.032,85
Quebra Pote (1o Contrato)	CERQUEIRA CÉSAR	SP	234,85	31,46	32,60	298,91
Tronco Do Alto	CERQUEIRA CÉSAR	SP	557,04	243,85	119,94	920,83
Nossa Senhora Da Penha	LENÇÓIS PAULISTA	SP	2.124,29	240,79	78,68	2.443,76
Rio Pardo	BOREBI	SP	2.615,06	662,97	91,41	3.369,44
Rio Pardo II	AVARÉ	SP	1.437,87	372,00	30,31	1.840,18
Santa Luzia - Recreio	AVARÉ	SP	1.196,71	410,90	1,25	1.608,86
Santa Luzia	GUARAREMA	SP	178,46	70,87	14,86	264,19
Guanabara	LENÇÓIS PAULISTA	SP	833,39	158,10	28,92	1.020,41
Piracema BBI	BOREBI	SP	2.223,52	350,00	123,00	2.696,52
Piracema Pulador	LENÇÓIS PAULISTA	SP	637,40	34,70	12,17	684,27
Piracema	LENÇÓIS PAULISTA	SP	958,20	107,70	50,40	1.116,30
Jamaica	AGUDOS	SP	150,08	87,10	9,86	247,04
Palmeiras (1o Contrato)	AVARÉ	SP	433,07	41,70	17,41	492,18
Palmeiras (Participação)	AVARÉ	SP	644,26	693,42	47,08	1.384,76
Santo Alberto	BOREBI	SP	158,01	39,54	6,23	203,78
Quebra Pote (2o Contrato)	CERQUEIRA CÉSAR	SP	33,38	65,47	3,82	102,67
Estrela	IARAS	SP	248,90	145,86	11,82	406,58
Paccola	LENÇÓIS PAULISTA	SP	38,64	73,39	10,49	122,52
Santo Antonio do Palmital	LENÇÓIS PAULISTA	SP	461,21	39,92	18,50	519,63
Santa Rosa	AGUDOS	SP	429,32	185,77	21,05	636,14
Barreiro Grande	PEDERNEIRAS	SP	418,60	39,66	13,21	471,47
Pirapitinga II	AREALVA	SP	124,20	0,00	4,46	128,66
Araribá	AVAÍ	SP	769,61	268,98	63,42	1.102,01

Pirapitinga I	AREALVA	SP	107,30	11,16	8,23	126,69
Monjolinho	ITIRAPINA	SP	217,57	360,18	16,39	594,14
Palmeira Ou Q4	ITIRAPINA	SP	66,90	6,03	4,19	77,12
Passa Cinco Barreiro II	ITIRAPINA	SP	30,33	0,00	3,77	34,10
Bom Jardim	APARECIDA	SP	30,76	6,52	2,64	39,92
Sítio Velho	CUNHA	SP	109,82	39,96	8,14	157,92
Boa Vista (Renato e Ruy)	ITIRAPINA	SP	164,88	0,38	7,19	172,45
Serrinha	ANALÂNDIA	SP	54,37	61,61	7,08	123,06
Serrinha	SANTA BRANCA	SP	127,71	122,07	6,39	256,17
Goiabal	BROTAS	SP	361,42	89,46	17,21	468,09
Morro Grande	CORUMBATAÍ	SP	87,24	40,59	2,32	130,15
Santana	ITARARÉ	SP	4.390,06	1.956,20	198,14	6.544,40
Santana	CAPÃO BONITO	SP	378,59	306,29	42,01	726,89
Toca	ITIRAPINA	SP	340,26	42,83	30,77	413,86
Sinimbú	ITIRAPINA	SP	773,87	183,06	35,02	991,95
Lageado	LIMEIRA	SP	37,82	76,91	10,97	125,70
Lageado	BURI	SP	919,78	307,66	80,06	1.307,50
Barra Bonita	SANTA BRANCA	SP	133,18	59,47	12,99	205,64
Siriema	ITIRAPINA	SP	1.573,44	577,85	39,69	2.190,98
Santa Maria	SANTA BRANCA	SP	351,46	200,07	36,79	588,32
BOA VISTA - RUY	ITIRAPINA	SP	56,86	0,28	1,01	58,15
Santa Elza	ANALÂNDIA	SP	135,85	35,48	8,62	179,95
Saligna	BROTAS	SP	815,39	165,33	15,71	996,43
Santo Ângelo	BROTAS	SP	510,60	661,71	49,48	1.221,79
Santo Ângelo	ITAPEVA	SP	619,13	52,32	27,19	698,64
Sapoti	BROTAS	SP	1.363,32	178,96	33,52	1.575,80
Nossa Senhora Aparecida	JAMBEIRO	SP	94,30	71,95	15,57	181,82
Chapadão Verde	ITIRAPINA	SP	179,78	172,93	31,28	383,99
São Francisco III - VC	VOTORANTIM	SP	81,77	153,47	14,84	250,08
Santa Maria II - VC	VOTORANTIM/SOROCABA	SP	34,56	101,85	14,48	150,89
São Francisco III - VSA	VOTORANTIM	SP	1.183,37	1.034,49	234,73	2.452,59
Gir	ALUMÍNIO/MAIRINQUE	SP	867,81	1.167,72	337,55	2.373,08
Pantojo	ALUMÍNIO/MAIRINQUE	SP	566,51	333,80	99,52	999,83
Marcílio	MOGI DAS CRUZES	SP	0,00	155,10	1,95	157,05
Boa Vista	LORENA	SP	58,06	76,85	3,78	138,69
Boa Vista	CAPÃO BONITO	SP	1.168,01	420,23	118,35	1.706,59
Ponte Alta	SALTO DE PIRAPORA	SP	254,46	66,51	102,96	423,93
Santa Maria II - VSA	VOTORANTIM	SP	1.157,28	854,93	119,60	2.131,81
Gir II	ALUMÍNIO/MAIRINQUE	SP	50,96	53,72	8,91	113,59
Pantojo III	ALUMÍNIO	SP	341,77	215,27	53,43	610,47
Pirajibu	ALUMÍNIO	SP	74,58	47,14	13,78	135,50
Pinheirinho	GUARATINGUETÁ	SP	44,91	26,40	5,19	76,50

Santa Terezinha	ANGATUBA	SP	369,35	125,20	12,35	506,90
Da Barra	SALTO DE PIRAPORA	SP	392,58	157,20	23,41	573,19
São Paulo	SALTO DE PIRAPORA	SP	520,23	147,69	30,36	698,28
Das Estrelas	ALAMBARI	SP	1.560,88	319,87	80,79	1.961,54
Bom Conselho	SARAPUÍ	SP	658,24	199,68	37,59	895,51
Vitória	PILAR DO SUL	SP	1.648,18	4.158,45	236,43	6.043,06
Aliperti	SARAPUÍ	SP	522,02	64,85	60,34	647,21
São Domingos	SARAPUÍ	SP	127,52	99,82	10,35	237,69
Ribeirão	PILAR DO SUL	SP	292,21	225,45	49,35	567,01
Mirante da Boa Vista	SARAPUÍ	SP	286,53	341,73	21,34	649,60
Capuavinha	ANGATUBA	SP	57,46	36,50	5,85	99,81
Capuavinha	SALTO DE PIRAPORA	SP	173,21	46,25	30,34	249,80
Maria Paula	VOTORANTIM	SP	58,34	69,32	17,73	145,39
Itupararanga	VOTORANTIM	SP	772,62	810,67	179,27	1.762,56
Gir III	VOTORANTIM	SP	49,51	38,28	57,02	144,81
Pantojo II	MAIRINQUE	SP	57,97	36,14	13,20	107,31
Irema	ALUMÍNIO	SP	21,14	79,30	17,20	117,64
Querência	AGUDOS	SP	1.738,39	394,42	21,13	2.153,94
Turvo III (Lex)	BOREBI	SP	688,82	202,89	38,42	930,13
Maria Cristina	BOREBI	SP	113,03	22,31	4,19	139,53
Turvo I	IARAS	SP	574,39	98,34	26,05	698,78
Novo Estilo	PAULISTÂNIA	SP	600,40	249,88	35,50	885,78
Globo I_II	AGUDOS	SP	1.943,16	739,95	58,90	2.742,01
Ideal	IARAS	SP	718,08	167,21	107,87	993,16
Flecha Azul	BOA ESPERANÇA DO SUL	SP	4.204,67	1.236,30	1.651,55	7.092,52
Currallinho	BOCAINA	SP	814,34	147,36	16,34	978,04
Nossa Senhora Aparecida	PAULISTÂNIA	SP	18,57	5,94	1,11	25,62
Fortaleza	ARARAQUARA	SP	3.326,17	1.126,64	90,13	4.542,94
Sertão Dos Freires I	BERTIOGA	SP	0,00	2.603,12	112,95	2.716,07
Sertão Dos Freires II	MOGI DAS CRUZES	SP	0,00	1.851,25	33,42	1.884,67
Santa Tereza do Palmital	AVARÉ	SP	464,83	108,84	21,33	595,00
Rio Claro	LENÇÓIS PAULISTA	SP	6.299,28	1.499,67	97,17	7.896,12
Caraguatá	LENÇÓIS PAULISTA	SP	64,40	28,94	8,46	101,80
Santa Fé	BOTUCATU	SP	997,72	434,80	50,59	1.483,11
Santa Fé 2	BOTUCATU	SP	121,30	138,97	10,12	270,39
Santa Regina	BOFETE	SP	261,91	189,93	27,46	479,30
São Judas Tadeu	ANHEMBI	SP	1.353,34	621,47	98,69	2.073,50
Retiro São Pedro	ANALÂNDIA	SP	149,93	79,40	8,57	237,90
Água Fria	ANHEMBI	SP	183,02	220,37	25,58	428,97
Correnteza Torta	ANHEMBI	SP	108,27	29,45	6,55	144,27
Correnteza Torta I	ANHEMBI	SP	147,02	60,12	1,73	208,87
Correnteza Torta II	ANHEMBI	SP	142,57	58,33	2,28	203,18

Invernada Do Brejão	ANHEMBI	SP	108,57	158,61	20,74	287,92
Mina	BOTUCATU	SP	210,79	59,59	31,22	301,60
Paioi-Anhumas (Sítio Paioi)	PIRACICABA	SP	92,61	103,41	10,10	206,12
Palmital	AMPARO	SP	98,82	198,49	11,02	308,33
Santo Antonio	PORTO FELIZ	SP	94,06	62,92	7,56	164,54
Santo Antonio	ANHEMBI	SP	114,75	132,37	1,18	248,30
São Francisco	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	SP	315,53	114,43	9,25	439,21
São João Da Lapa	ITIRAPINA	SP	158,10	105,79	6,96	270,85
São Miguel	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	SP	150,12	49,69	5,06	204,87
São Pedro da Boa Vista	ANALÂNDIA	SP	124,25	137,36	0,00	261,61
São Pedro I	PARAIBUNA / SANTA BRANCA	SP	894,97	614,24	566,13	2.075,34
Santa Ignacia	LEME	SP	315,38	194,54	45,29	555,21
São Francisco Moquem	ANHEMBI	SP	152,54	130,62	11,88	295,04
Vila Nova (Radar)	PORTO FELIZ	SP	1.074,05	434,51	77,79	1.586,35
Sesmaria do Aterrado e Lobo	BROTAS	SP	376,51	112,77	10,81	500,09
Monjolada	PIRACICABA	SP	277,77	162,22	10,68	450,67
Sítio Klein	SOROCABA	SP	93,58	197,43	12,35	303,36
Ypê	AMPARO	SP	287,01	645,75	25,90	958,66
Total			208.443,23	120.294,37	19.603,57	348.341,17

6.2.2. Floresta Produtiva

Produtos florestais madeireiros	
Área total (ha) da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira podem ser colhida), classificada como “plantação”.	208.443,23
Sistema de Manejo	Área sob o tipo de manejo (ha)
Manejo equiâneo	208.443,23
Corte raso	-
Desbaste	-
Outro:	-
Manejo multiâneo	-
Seleção de árvores individuais	-
Seleção em grupos	-
Outro:	-
Outro (exemplos: viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agropastoril, sistema agroflorestal etc.):	19.603,57
Produtos florestais não madeireiros (PFNMs)	

Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNMs ou serviços.	-
Outras áreas manejadas para PFNMs ou serviços	-
Espécies no escopo do certificado: <i>Nome científico/latim (nome comum/comercial)</i>.	
<i>Eucalyptus benthamii, E. brassiana, E. camaldulensis, E. dunnii, E. globulus, E. grandis, E. pellita, E. saligna, E. smithii, E. urophylla, E. urograndis e Eucalyptus spp., e híbridos dessas espécies – eucalipto.</i>	

6.2.3. Produtos incluídos no escopo de certificação

Produtos madeireiros		
Nível 1	Nível 2	Espécies
010000 Tora de madeira	<input type="checkbox"/> 010100 Toras para madeira serrada e laminada	
	<input checked="" type="checkbox"/> 010200 Toras para Celulose	<i>Eucalyptus benthamii, E. brassiana, E. camaldulensis, E. dunnii, E. globulus, E. grandis, E. pellita, E. saligna, E. smithii, E. urophylla, E. urograndis e Eucalyptus spp., e híbridos dessas espécies – eucalipto.</i>
	<input type="checkbox"/> 010300 Cavaco e partículas Ex.: Serragem, pó de lixar	
	<input type="checkbox"/> 010400 Resíduos de madeira Ex.: Galhos, ramos, copas de árvores e similares	
	<input type="checkbox"/> 010500 Casca	
	<input type="checkbox"/> 010600 Outras toras de madeira	
020000 Lenha e madeira para energia	<input type="checkbox"/> 020100 Lenha Ex.: Lenha, lascas, serragem, resíduos de madeira	
	<input type="checkbox"/> 020200 Carvão	
	<input type="checkbox"/> 020300 Pellets e briquetes	
	<input type="checkbox"/> 020400 Madeira para energia	
<input type="checkbox"/> Outros produtos madeireiros não listados acima. Por favor, descreva:		

Produtos florestais não madeireiros (PFNM)			
<input checked="" type="checkbox"/> N/A – Não há manejo de PFNM.			
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Espécies

120000 Produtos não madeireiros	120100 Cortiça e produtos de cortiça	<input type="checkbox"/> 120101 Cortiça natural, bruta ou cozida	
		<input type="checkbox"/> 120102 Rolhas de cortiça Ex.: Natural, técnica, colmatada, aglomerada, cortiça bartop, espumante e rolhas de champanhe	
		<input type="checkbox"/> 120103 Discos de cortiça	
		<input type="checkbox"/> 120104 Rolos e painéis de cortiça comprimida	
		<input type="checkbox"/> 120105 Partículas de cortiça Ex.: Grânulos, pó	
		<input type="checkbox"/> 120106 Cortiça para construção Ex.: Pisos, portas, construções e suas partes	
		<input type="checkbox"/> 120107 Outros artigos de cortiça	
		120200 Borracha / Látex	<input type="checkbox"/> 120201 Borracha natural
	<input type="checkbox"/> 120202 Pneus		
	<input type="checkbox"/> 120203 Espuma		
	<input type="checkbox"/> 120204 Luvas		
	<input type="checkbox"/> 120205 Calçado de borracha		
	<input type="checkbox"/> 120206 Outros produtos de borracha		
	120300 Alimentos	<input type="checkbox"/> 120301 Mel	
		<input type="checkbox"/> 120302 Cogumelos e trufas	
		<input type="checkbox"/> 120303 Frutas, bagas e frutos de casca rija	
		<input type="checkbox"/> 120304 Xaropes	
		<input type="checkbox"/> 120305 Caça e outros animais	
		<input type="checkbox"/> 120306 Outros produtos comestíveis	
	<input type="checkbox"/> 120400 Resinas e seus derivados		
	<input type="checkbox"/> 120500 Óleos essenciais		

	120600 Ratã e outras fibras naturais	<input type="checkbox"/> 120601 Natural (em sua forma bruta) <input type="checkbox"/> 120602 Produtos	
	<input type="checkbox"/> 120700 Plantas e partes de plantas		
	<input type="checkbox"/> 120800 Produtos químicos, medicinais e cosméticos		
	<input type="checkbox"/> 120900 Outros produtos não madeireiros (<i>especifique</i>):		

6.2.4. Áreas florestais fora do escopo da certificação

Não aplicável – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo empreendimento estão incluídas no escopo de certificação.

O empreendimento possui e/ou maneja outras áreas florestais que não estão incluídas no escopo de certificação (*preencher campos abaixo*).

O empreendimento removeu do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação (*preencher campos abaixo*).

Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados:	<p>Foi desenvolvido um sistema de identificação (física e digital), segregação e rastreabilidade das madeiras certificadas, desde a colheita até a sua entrega ao cliente, de modo a assegurar a não contaminação com produto não certificado e, assim, viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo.</p> <p>Todas as Unidades Produtivas (UP) são cadastradas no sistema de cadastro florestal, contendo a informação sobre a certificação ou não da área. Não há Ups parcialmente certificadas.</p> <p>Os documentos de transporte da madeira identificam se a madeira é certificada.</p> <p>A rastreabilidade do produto é controlada através de uma planilha de controle de madeira certificada, que contém a informação da UP de origem, o número de identificação da madeira (NI) e se é certificada ou não.</p>
---	--

Descrição das áreas florestais removidas do escopo de certificação:

Áreas excluídas do escopo da certificação - 2022			
Nome da UMF ou Talhão	Motivo da exclusão/ excisão do escopo	Local (município, estado, país)	Área Total (ha)
Santa Rita II	Encerramento de Contrato	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	243,57
Três Lagoas	Encerramento de Contrato	ANGATUBA	3.241,49
Ponte Nova	Venda	RESENDE	286,68
Coco Doce	Venda	AVAI	1.760,75
Espadilha	Venda	PAULISTÂNIA	675,58
Corte	Venda	AGUDOS	49,92
Fortaleza	Venda (parcial)	ARARAQUARA	964,00
Putim	Ajuste de Base	GUARAREMA	437,38
Putim	Ajuste de Base	SANTA BRANCA	109,08

Nossa Senhora da Conceição	Ajuste de Base	SALESÓPOLIS	469,44
Ribeirão Grande	Ajuste de Base	SALESÓPOLIS	766,29
Serra Contendas	Ajuste de Base	SALESÓPOLIS	443,66
Lageado RIC	Ajuste de Base	LIMEIRA	12,73
Tijuco	Terceirização - Viveiro Florestal (Comodato)	CAPÃO BONITO	10,00
Santana	Pequisa	ITARARÉ	11,82
Alegre	Pesquisa	PARAIBUNA	12,33
São Roque I	Pequisa	SÃO MIGUEL ARCANJO	2,60
Tronco Alto	Pesquisa	CERQUEIRA CÉSAR	2,46
Santa Maria II - VC	Desapropriação	VOTORANTIM/SOROCABA	0,69
Dos Cravos	Contrato Encerrado	GUAPIARA	223,57
Santa Rita I	Contrato Encerrado	SALTO DE PIRAPORA	230,39
Manacá	Contrato Encerrado	BURI	778,44
Santa Clara II	Venda do Imóvel	RIBEIRÃO BRANCO	369,68
TOTAL			11.102,56

Áreas de Excisão:				
Nome da UMF ou Talhão	Motivo da excisão do escopo	Local (município, estado, país)		Área Total (ha)
Água Bonita	Áreas ainda não liberadas Duratex (S3BW45)	ITATINGA	SP	15,99
Água Branca	Pesquisa - UP S2BQ20	CAPÃO BONITO	SP	22,86
Ariona	Pesquisa - UP S3B428	ITATINGA	SP	15,17
Bandeirantes	Plantio em área inclinada	MOGI DAS CRUZES	SP	2,35
Boa Vista/Santa Elisa	Pesquisa - Futuragene UP S2AR25	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	15,60
Capão Alto	Pesquisa - UP S2BO14	CAPÃO BONITO	SP	15,80
Cerrados do Tamanduá	Áreas ainda não liberadas Duratex (S3CI47)	ITATINGA	SP	2,44
Entre Rios	Pesquisa - Ups: S3BJ28 e S3BJ86.	ANGATUBA	SP	41,94
Das Estrelas	Pesquisa - Ups: S7AI23 e S7AI30	ALAMBARI	SP	54,92
Echaporã	Pesquisa - UP S2AD04	CAPÃO BONITO	SP	1,21
Guarujá	Pesquisa - UP S3BH84, S3BH88 e S3BH12	AVARÉ	SP	30,26
Ideal	Pesquisa - S5A622 e S5A633	IARAS	SP	36,62
Piracema BBI	Pesquisa - UP: S5AV60	LENÇÓIS PAULISTA	SP	8,68
Piracema Pulador	Áreas ainda não liberadas Duratex	LENÇÓIS PAULISTA	SP	15,00
Rio Claro	Pesquisa - S5BB32, S5BB33, S5BB47, S5BB59, S5BB92, S5BC25 (EXP. Duratex) e S5BC47.	LENÇÓIS PAULISTA	SP	152,42
Santa Luzia - Recreio	Pesquisa: Ups: S5A702 e 25A739 (Duratex); e 25A710.	AVARÉ	SP	96,59
Santa Amália	Pesquisa - S2BM64 e S2BM67	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	35,09
Santo Inácio	Pesquisa - UP: S3AF01	ANGATUBA	SP	21,74
Santa Isabel Do Capão Alto	Pesquisa - UP S4AD59	ITARARÉ	SP	26,85
Santa Tereza do Palmital	Áreas ainda não liberadas Duratex	AVARÉ	SP	10,17
São Miguel	Pesquisa - UP S2AV14	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	3,20
São Pedro da Terra Nova	Áreas ainda não liberadas Duratex	ITATINGA	SP	5,39
Sede Velha	Pesquisa - Ups: S2BW01 e S2BW05	CAPÃO BONITO	SP	43,53
Tapioca II	Pesquisa - UP: S3BB01	ITATINGA	SP	2,92
Tapioca	Áreas ainda não liberadas Duratex	ITATINGA	SP	9,49
Toca (1o Contrato)	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	123,14
Banco F131	Alelyx (Banco)	GUARAREMA	SP	18,27
Esplanada F438	CQB - UP S4AL05	TAQUARIVÁ	SP	18,27
Ligiana	Pesquisa - UP: S2CO08	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	SP	10,79
Araribá F461	Pesquisa - UP: S5BI08	AVAI	SP	30,49
Campo de Pouso F670	CQB - UP S2B352	CAPÃO BONITO	SP	2,30
Monjolada	Pesquisa - UP S3B607	PIRACICABA	SP	3,03
Montes Claros	Pesquisa - UPS: S1AS11 e S1AS23	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	13,75

Nossa Senhora da Glória F835	CQB	CAÇAPAVA	SP	26
Flecha Azul	Pesquisa - UP S6C741	BOA ESPERANÇA DO SUL	SP	4,80
Fortaleza	Pesquisa - Ups: S6C215, S6C387 e S6C388	ARARAQUARA	SP	61,73
Paineiras	Pesquisa - UP: S2AS01	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	21,56
Paredão	Pesquisa - UP: S3BD03	ITATINGA	SP	1,01
Pinheiro	Pesquisa - Ups: S2CP01, S2CP02, S2CP07 e S2CP13;	ITAPETININGA	SP	66,70
Santa Fé	Ocupação Irregular.	BOTUCATU	SP	25,18
Santana	Pesquisa - Ups: S4AC79 e S4AC81	ITARARÉ	SP	9,94
Suinã	Pesquisa - Ups: S2BR11 e S2BR32.	CAPÃO BONITO	SP	38,77
Karamacy	Pesquisa - UP: S4AM01	ITAPEVA	SP	35,18
Alegre	Pesquisa - UP S1AH44	PARAIBUNA	SP	9,83
Tijuco	Terceirização do Viveiro Florestal (Comodato)	CAPÃO BONITO	SP	10,00
São Pedro I	Ocupação Irregular.	PARAIBUNA / SANTA BRANCA	SP	2,36
São Roque I	Pesquisa - UP: S2BC13	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	2,60
Tronco do Alto	Pesquisa - UP: S5A111	CERQUEIRA CÉSAR	SP	2,46
Vila Nova Radar	Ocupação Irregular.	PORTO FELIZ	SP	0,1
Umarama	Áreas ainda não liberadas Duratex	ITATINGA	SP	2,35
TOTAL				1.226,84

Áreas fora do escopo de certificação:				
Nome da UMF ou Talhão	Motivo da excisão do escopo	Local (município, estado, país)		Área Total (ha)
Agreste	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	43,43
Amarela	Pesquisa	JAMBEIRO	SP	113,80
Araquámirim	Regularização Documental	SÃO PEDRO	SP	493,20
Água Branca	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	71,80
Areias	Domínio apenas de área plantio	ANHEMBI	SP	412,19
Barra Bonita	Domínio apenas de área plantio	SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	SP	76,81
Bela Vista	Arrendamento apenas área plantio	ITAPETININGA	SP	54,70
Boa Esperança	Arrendamento apenas área plantio	ITAPETININGA	SP	84,39
Boa Vista Do Jacare	Arrendamento apenas área plantio	TORRINHA	SP	117,37
BOA VISTA-RENATO	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	48,18
Bom Jardim	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	57,21
Bosco	Arrendamento apenas área plantio	LIMEIRA	SP	61,93
Buraco Frio	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	78,35
Cabreúva	Pesquisa - Futuragene	ANGATUBA	SP	794,57
Cambará	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	133,31
Cambará	Arrendamento apenas área plantio	ANHEMBI	SP	122,44
Campo Bom	Arrendamento apenas área plantio	SALTO DE PIRAPORA	SP	52,02
Canchim	Arrendamento apenas área plantio	SÃO PEDRO	SP	194,93
Capauva	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	76,37
Cedro Dourado	Domínio apenas de área plantio	BOFETE	SP	226,29
Conceição	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	36,18
Do Vale	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	35,71
Eldorado AN	Arrendamento apenas área plantio	SÃO PEDRO	SP	283,12
Fazendinha	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	40,15
Fazendinha Fernando Baltiere	Arrendamento apenas área plantio	SÃO PEDRO	SP	53,38
Fazendinha Serra Verde	Domínio apenas de área plantio	SÃO PEDRO	SP	21,25
Figueira II	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	52,68
Floresta	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	65,08

Fortaleza	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	88,29
Gramadinho Do Rio Do Peixe	Arrendamento apenas área plantio	BOFETE	SP	105,05
Grude	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	71,84
Guadalupe	Arrendamento apenas área plantio	SÃO PEDRO	SP	30,91
Harmonia	Domínio apenas de área plantio	ITATINGA	SP	79,49
Jacaré Pupira (Dorigon)	Domínio apenas de área plantio	SÃO PEDRO	SP	51,93
Jangada	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	141,45
Jangada I	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	77,67
Monjolo	Arrendamento apenas área plantio	MONTE MOR	SP	130,13
São José I SA	arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	133,77
Santo Antonio (Itu)	arrendamento apenas área plantio	ITU	SP	635,96
São Domingos	arrendamento apenas área plantio	BOTUCATU	SP	716,39
Baixadão (Pedra Vermelha)	arrendamento apenas área plantio	ANALÂNDIA	SP	240,17
Limoeiro (Colombo)	Domínio apenas de área plantio	SÃO PEDRO	SP	160,30
Mandacaru	Domínio apenas de área plantio	PIRACICABA	SP	246,56
Martino	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	81,60
Matão	Arrendamento apenas área plantio	CHARQUEADA	SP	117,51
Nossa Senhora Aparecida	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	36,11
Nossa Senhora Aparecida (Pirambóia)	Arrendamento apenas área plantio	ANHEMBI	SP	201,73
Nova América	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	150,34
Olhos D'água	Arrendamento apenas área plantio	SARAPUÍ	SP	108,26
Paraíso	Áreas ainda não liberadas Duratex	ITAPETININGA	SP	216,76
Paredão	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	105,71
Passa Cinco Do Barreiro I	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	39,67
Passa Cinco Jatobá	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	17,25
Pedra Preta	Arrendamento apenas área plantio	AVARÉ	SP	84,77
Perobal (Tuano)	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	36,11
Pico Da Serra	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	36,53
Pinga I (1o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	15,77
Pinga I (2o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	53,13
Pinga III (1o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	25,59
Pinga III (2o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	25,25
Pinheirinho	Arrendamento apenas área plantio	PORTO FELIZ	SP	126,33
Pinheirinho (1o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	67,33
Pinheirinho (2o Contrato)	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	51,91
Pirapitinga	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	31,73
Posses Santaana	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	22,55
Recanto Paraíso	Arrendamento apenas área plantio	IPEÚNA	SP	29,55
Redenção E Salto (J. Novaes)	Arrendamento apenas área plantio	AVARÉ	SP	130,22
Roncador	Domínio apenas de área plantio	CORUMBATAÍ	SP	155,31
Roncador (parcela 1)	Domínio apenas de área plantio	CORUMBATAÍ	SP	110,17
Santa Clara Sa	Finalização de contrato	ITIRAPINA	SP	57,25
Santa Luzia Fa	Domínio apenas de área plantio	BOA ESPERANÇA DO SUL	SP	234,06
Santa Maria (Palmeiras)	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	136,32
Santa Mônica	Arrendamento apenas área plantio	ANHEMBI	SP	130,66
Santa Rita I	Arrendamento apenas área plantio	SÃO MIGUEL ARCANJO	SP	129,85
Santa Rosa	Arrendamento apenas área plantio	AMPARO	SP	47,48
Santa Teresa	Arrendamento apenas área plantio	ITIRAPINA	SP	107,83
Santa Terezinha	Arrendamento apenas área plantio	ITAPETININGA	SP	157,37
Santana	Arrendamento apenas área plantio	SANTA MARIA DA SERRA	SP	160,45
Santo Antônio	Arrendamento apenas área plantio	LIMEIRA	SP	27,03
Santo Antônio (Eldorado)	Arrendamento apenas área plantio	CHARQUEADA	SP	15,91
São Francisco Sá	Domínio apenas de área plantio	ITIRAPINA	SP	43,94
SÃO JERONIMO - MONBUCA	Arrendamento apenas área plantio	MOMBUCA	SP	54,44

São Joaquim	Arrendamento apenas área plantio	ANHEMBI	SP	70,18
São José	Regularização Documental	CAPÃO BONITO	SP	273,17
São José	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	118,76
São José GBC1B2	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	85,06
São José II (Zaguetinho)	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	50,76
São Judas Tadeu SA	Arrendamento apenas área plantio	BROTAS	SP	67,07
São Luiz	Arrendamento apenas área plantio	ANALÂNDIA	SP	100,03
São Miguel	Arrendamento apenas área plantio	ITAPETININGA	SP	224,11
São Pedro	Domínio apenas de área plantio	GUAREÍ	SP	361,84
São Roque Velho	Domínio apenas de área plantio	BOFETE	SP	193,13
Serrania	Arrendamento apenas área plantio	TORRINHA	SP	60,98
Perobal (1o Contrato)	Regularização Documental	ITIRAPINA	SP	413,20
Glória	Arrendamento apenas área plantio	PIRACICABA	SP	151,48
Sítio do Ré	Arrendamento apenas área plantio	ANHEMBI	SP	101,70
Sítio Nossa Senhora de Fátima	Arrendamento apenas área plantio	ANALÂNDIA	SP	47,03
Sítio Sao Bernardo (Sao Jeronimo Gb II)	Arrendamento apenas área plantio	MOMBUCA	SP	50,42
Sítio Velho	Arrendamento apenas área plantio	SÃO PEDRO	SP	22,09
Taipas São Sebastião	Arrendamento apenas área plantio	ANALÂNDIA	SP	140,89
Thaiti	Arrendamento apenas área plantio	CORUMBATAÍ	SP	163,97
Jacylândia	Arrendamento - Contrato em fase de finalização em 2023	ANALÂNDIA	SP	215,47
Tijuco Preto	Domínio apenas de área plantio	AVARÉ	SP	60,37
Vale Do Sol	Arrendamento apenas área plantio	TORRINHA	SP	99,07
Barreiro Invernada	Arrendamento - Contrato em fase de finalização em 2023	TORRINHA	SP	325,63
TOTAL				13.586,94

6.3. Informação Social

6.3.1. Dados dos colaboradores e registros de acidentes

Número de trabalhadores florestais atuando na floresta no escopo do certificado			
Trabalhadores homens:	4.182	Trabalhadoras mulheres:	244
Taxa de gravidade de acidentes*:	0,51		
Taxa de frequência de acidentes*:	779		

*referente ao ano anterior ao ano de avaliação.

6.3.2. Caracterização do contexto socioeconômico da(s) UMF(s)

A Unidade Florestal de São Paulo da Suzano S.A. possui suas áreas distribuídas por mais 90 municípios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que neste último concentram-se mais de 97% das áreas manejadas pelo empreendimento. Considera-se a área de influência direta do empreendimento, todos os municípios onde a empresa realiza o manejo direto de propriedades rurais.

A Unidade de Manejo da Suzano se encontra em uma região que inclui municípios densamente urbanizados e inseridos nas dinâmicas socioespaciais das regiões metropolitanas. Dentro dessas áreas, a UMF encontra-se subdividida em regiões denominadas Núcleos de Produção. O quadro a seguir apresenta a relação desses Núcleos e suas características socioeconômicas:

Núcleo de Produção	Características socioeconômicas
SP1	Os municípios deste Núcleo possuem grandes contrastes, abrigando áreas dinâmicas e de melhor qualidade de vida (Aparecida, Guararema, Jacareí, Mogi das Cruzes, Santo André, São José dos Campos) e municípios comparativamente mais pobres e com carências sociais mais pronunciadas (Areias, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Lorena, São José do Barreiro), pertencentes ao grupo de municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. O setor de serviços é preponderante na economia da quase totalidade dos municípios. O setor agropecuário é preponderante apenas no município de Biritiba-Mirim, tendo pouca relevância economia dos demais municípios.
SP2	A maioria dos municípios apresenta níveis intermediários de indicadores sociais (Capão Bonito, Itapetininga, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo). Já os municípios de Paranapanema e Angatuba apresentam bons níveis indicadores sociais, enquanto Buri e Campina do Monte Alegre se encontram no grupo de municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. O setor de serviços é preponderante na economia dos municípios, sendo que, o setor industrial tem significativa relevância na economia dos municípios de Angatuba e Itapetininga.
SP3	A maioria dos municípios apresentam bons níveis de indicadores sociais (Piracicaba, Angatuba, Avaré, Guareí e Itatinga). Já os municípios de Anhembi, Bofete, Botucatu e Pardinho apresentam níveis intermediários de indicadores sociais. O setor de serviços é preponderante na economia da quase totalidade dos municípios, com exceção de Anhembi onde o setor agropecuário é o principal segmento.
SP4	Nenhum município apresenta bons níveis de indicadores sociais. Os municípios de Capão Bonito, Itapeva, Itararé, Ribeirão Branco e Taquarivaí apresentam níveis intermediários de indicadores sociais, enquanto Guapiara se encontra no grupo de municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. O setor de serviços é preponderante na economia da quase totalidade dos municípios, com exceção de Ribeirão Branco e Guapiara onde o setor agropecuário é o principal segmento. O setor industrial tem pouca relevância na economia dos municípios, respondendo em média por 9,2% do PIB.
SP5	A maioria dos municípios apresentam bons níveis de indicadores sociais (Agudos, Lençóis Paulista, Pederneiras, Arealva, Avaré, Borebi e Paulistânia). Já os municípios de Avaí, Cerqueira César e Duartina apresentam níveis intermediários de indicadores sociais, enquanto, Iaras se encontra no grupo de municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais. O setor de serviços é preponderante na economia da quase totalidade dos municípios. O município de Agudos, possui o setor industrial como o principal segmento de sua economia, enquanto o setor agropecuário é preponderante no município de Avaí. A Administração Pública é o principal segmento da economia do município de Paulistânia.
SP6	A maioria dos municípios apresentam bons níveis de indicadores sociais, sendo que os demais apresentam níveis intermediários. A agropecuária é um importante segmento para a geração de riqueza dos municípios de Boa Esperança do Sul, Santa Maria da Serra, Analândia e Santa Cruz da Conceição, destacando-se a produção de cana-de-açúcar, laranja e criação de galinhas. Além disso, o setor destaca-se na geração de empregos formais dos municípios de Boa Esperança do Sul, Analândia, Itirapina, Santa Cruz da Conceição, Corumbataí e Brotas.

SP7	Os municípios deste Núcleo possuem grandes contrastes, abrigando áreas dinâmicas e de melhor qualidade de vida (Alumínio, Itu, Porto Feliz e Sorocaba) e municípios comparativamente mais pobres e com carências sociais mais pronunciadas (Sarapuí, Alambari, Itapetininga, Mombuca, Pilar do Sul e Salto de Pirapora). Os municípios de Mairinque e Votorantim, embora apresentem níveis de riqueza elevados, não apresentam bons indicadores nas dimensões sociais.
MN1	Compreende a região de Cruzília, Carrancas e Andrelândia (Sul de Minas Gerais). O setor de serviços é preponderante na economia regional, sendo a Administração Pública um dos principais segmento da economia, representando 32,6% do PIB.
MN2	Compreende a região de Sapucaí-Mirim (Sul de Minas Gerais). O município se caracteriza como de pequeno porte populacional (população menor que 50.000 habitantes), com elevada taxa de urbanização.
RR1	Compreende a região de Resende e Barra Mansa (Vale do Paraíba Fluminense). Os municípios se caracterizam como de grande porte populacional, com elevado grau de urbanização. A economia dos municípios é fortemente centrada no setor de serviços e tem participação ínfima da agropecuária. A indústria é um importante segmento para a geração de riqueza, com significativa importância na geração de empregos formais dos municípios.

Através de dados do IBGE cidades, observa-se uma concentração em municípios com IDHM alta. Na análise estratificada, observa-se que há maior concentração em municípios de renda alta/média, com longevidade considerada muito alta, enquanto, no quesito educação, percebe-se um maior número de municípios classificados como de médio índice de desenvolvimento. Cabe destacar também que dos 94 municípios que abrigam as áreas de manejo do EMF, apenas 10 deles possuem um IDHM superior ao índice observado para o estado de São Paulo.

Conforme dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e estudo socioeconômico realizado pelo EMF, não há projetos de assentamentos nos municípios onde a UMF está inserida. O levantamento socioeconômico, realizado pelo EMF, identificou a existência de comunidades tradicionais no entorno da UMF. Foram identificadas quatro comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas na regional SP 7: a comunidade quilombola Cafundó em Salto de Pirapora; a comunidade José Joaquim de Camargo localizada nos municípios de Salto de Pirapora e Votorantim; a comunidade Fazenda Pilar em Pilar do Sul, no município de Pilar do Sul; e a comunidade Terras de Caxambu em Sarapuí. No núcleo SP5 existe uma comunidade quilombola - Espírito Santo da Fortaleza de Porcino, em Agudos, e no núcleo SP, existem duas comunidades quilombola, são elas: Jaó, em Itapeva e Fazenda Silvério, em Itararé. No levantamento de comunidades afetadas pelo EMF, foi constatado a Reserva Indígena Terra de Araribá, ocupando um território de 1930 ha, a reserva engloba as aldeias Kopenoty, Ekeroá, Nomoendajú e Tereguá. A comunidade identificada está localizada cerca de 6 km da Fazenda Araribá (Avaí-SP), área do escopo mais próxima da TI. Também, na região do núcleo SP1 existe a terra indígena Ribeira Silveira (etnia Guarani) localizada no município de Bertioiga.

6.4. Resumo anual do uso de pesticidas

<input type="checkbox"/> O EMF não utiliza pesticidas.				
Nome comercial do pesticida	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou L)	Área tratada anualmente (ha)	Razões para o uso

Dipel	<i>Bacillus thuringiensis</i>	5	51	Controle biológico (predadores e parasitóides)
Mospilan	Acetamiprido	1	32	Inseticida, controle de Psílideo-de-concha.
Tuit	Fipronil	492	7.052	Inseticida, controle formiga
Capture	Bifentrina	97	443	Inseticida, controle de Percevejo-bronzeado e Vespa-da-galha
Esplanade	Indaziflan	6	79	Herbicida, combate de <i>Alternanthera tenella</i> (Apaga fogo), <i>Bidens pilosa</i> (Picão preto), <i>Brachiaria decumbens</i> (Capim braquiária) e <i>Sida rhombifolia</i>
Evidence	Imidacloprid	24	185	Inseticida, controle de pragas em eucalipto: Cupim-de-chifre (<i>Cornitermes bequaerti</i>), Cupim-de-monticulo (<i>Syntermes molestus</i>) e vespa-da-galha (<i>Leptocybe invasa</i>).
Finale	Glufosinato - Sal de amônio	721	900	Herbicida não seletivo de ação pós-emergente
Flumyzin 500	Flumioxazina	3.492	17.322	Herbicida, combate na aplicação em pré e pós-emergência, destinado ao controle de plantas infestantes na cultura do eucalipto.
Fordor	Isozaflutole	3.915	26.765	Herbicida, aplicação como pré-emergência precoce das plantas daninhas sobre mudas recém-transplantadas de Eucaliptos, de forma a atuar tanto sobre as gramíneas como também sobre algumas dicotiledônea
Formicida	Sulfluramida	709.275	130.673	Inseticida, combate de formigas <i>Atta</i> spp. e <i>Acromymex</i> spp.
K-Othrine	Deltametrina	509	4.021	Inseticida, controle de Formiga Saúva-limão e quenquém-de-cisco
Missil	Haloxifope-P-metílico	2.066	5.977	Herbicida, pós-emergente para controle e combate de plantas daninhas gramíneas.
Nativo	Trifloxistrobina e Tebuconazol	2	2	Fungicida, utilizado para combate de Ferrugem (<i>Puccinia psidii</i>).
Óleo mineral	Óleo mineral	3.753	6.417	Adjuvante
Óleo vegetal	Óleo mineral	4.978	10.422	Adjuvante
Roundup Transorb	Glifosato	22.456	7.578	Herbicida não seletivo de ação pós-emergente

Scout	Glifosato	84.407	42.981	Herbicida não seletivo de ação pós-emergente
Solara	Sulfentrazone	837	1.231	Herbicida pós-emergente seletivo para controle de erva-quente, trapoeraba e corda-de-viola
Spotlight	Carfentrazone etílica	927	11.827	Herbicida pós-emergente seletivo para controle de erva-quente, trapoeraba e corda-de-viola
Touchdown	Glifosato	585	156	Herbicida não seletivo de ação pós-emergente
Valeos	Saflufenacil	442	6.286	Herbicida, pós-emergente para o controle de plantas daninhas de folhas largas inclusive as infestantes.
Goal	Oxyfluorfen	7.055	2.737	Herbicida seletivo
Actara	Tiametoxam	5	41	Inseticida sistêmico
Agile	Cletodim e Haloxifope-P-metilico	656	1.516	Herbicida sistêmico pós emergente
Block	Oxyfluorfen	1.580	613	Herbicida seletivo
Xequemate	Glifosato	3.982	1.391	Herbicida não seletivo de ação pós-emergente

7. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO

7.1. Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação

A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do empreendimento e concluiu que o escopo de certificação (ver item 6) está adequado aos requisitos aplicáveis de manejo florestal.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores da SysFlor confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Considerando que foi(oram) identificada(s) não conformidade(s) maior(es), ou outra situação que possa conduzir à suspensão ou ao cancelamento da certificação, a equipe de auditores recomenda que seja realizada uma análise crítica por pessoal competente, diferente daqueles que realizaram a auditoria, para a determinar se a certificação pode ser mantida.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> N/A
O detentor do certificado demonstrou compromisso com a manutenção da conformidade com as normas aplicáveis do programa Cerflor. A equipe de auditoria da Sysflor recomenda que o certificado seja mantido, sujeito às auditorias de supervisão subsequentes e à resposta do EMF a qualquer Não Conformidade em aberto, dentro dos prazos estipulados.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Para a certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<input checked="" type="checkbox"/> N/A
Comentários: O EMF demonstrou um bom desempenho e conformidade com os P&C do Cerflor, com exceção de uma não conformidade menor e três oportunidades de melhoria emitidas, sendo recomendada a manutenção da certificação.

7.2. Decisão de Certificação da SysFlor

Análise crítica e parecer do responsável pela decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Com base no relatório de auditoria, recomendação da equipe de avaliação responsável (item 7.1), comentários sobre as não conformidades e, onde aplicável, a correção e as ações corretivas tomadas pelo empreendimento, foi tomada a seguinte decisão de certificação:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção do certificado
<input type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado
<input type="checkbox"/>	Cancelamento do certificado
Comentários gerais sobre a decisão:	
O EMF demonstrou a capacidade de seu sistema de gestão na manutenção da conformidade com os princípios e critérios do Cerflor.	

